

A joia mais preciosa do Brasil

A joia mais preciosa do Brasil

Joalheria na Comarca do Rio das Velhas
1735-1815

Autor
Luiz Ozanan

editora |  UEMG

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Reitor: Dijon Moraes Júnior

Vice-reitor: José Eustáquio de Brito

Chefe de Gabinete: Eduardo Andrade Santa Cecília

Pró-reitor de Planejamento, Gestão e Finanças: Adailton Vieira Pereira

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Terezinha Abreu Gontijo

Pró-reitora de Ensino: Elizabeth Dias Munaier Lages

Pró-reitora de Extensão: Giselle Hissa Safar

EdUEMG - Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais

Rod. Papa João Paulo II, 4143 - Serra Verde, BHte - MG CEP: 31630-902

Ed. Minas - 8º andar Tel (31)3916-9080 editora@uemg.br

Daniele Alves Ribeiro

Leandro Andrade

Thales Rodrigues dos Santos (estagiário)

Conselho editorial

Dr. Dijon Moraes Junior

Dr^a. Flaviane de Magalhães Barros

Dr. Fuad Kyrillos Neto

Dr^a. Helena Lopes da Silva

Dr. José Eustáquio de Brito

Dr. José Márcio Pinto de Barros

Dr^a. Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

Expediente

Design

Laboratório de Design Gráfico / Escola de Design - UEMG

Coordenação

Mariana Misk

Orientação do projeto

Iara Mol, Mariana Misk e Simone Souza

Aluno responsável

Caio Rodrigues

Revisão

Raquel Rezende

J74A joia mais preciosa do brasil : joalheria na comarca do Rio da Velhas 1735 - 1815 / Luiz Ozanan. - Belo Horizonte : EdUEMG, 2017
124p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-62578-84-7

1. Ourivesaria colonial. 2. Ourivesaria - História. 3. Joalheria. 4. Joias. I. Ozanan, Luiz. II. Título.

CDU 671.12(091)

Sumário

- 11 **Prefácio**
- 17 **Introdução**
- 23 **As joias e a documentação**
- 35 **A joia mais preciosa do Brasil:** conceitos e historiografia
- 49 **Avaliados pelos louvados:** as joias na documentação
- 91 **Tipologia das joias:** adornos usados na Comarca do Rio das Velhas
- 109 **Considerações finais**
- 115 **Referências**

Prefácio



Em 30 de Novembro de 2013, decorreram as provas públicas para apreciação da tese doutoral de Luiz Henrique Ozanan de Oliveira, intitulada “*A Joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais – 1735-1815*”, sob orientação do Prof. Doutor Eduardo França Paiva, insigne docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta tese foi aprovada por um júri, que tive o gosto de integrar, em conjunto com outros docentes de diversas especializações, e o convite decorreu da relação necessariamente existente da tese em apreço com a joalheria histórica portuguesa, tema que vimos investigando há mais de 25 anos.

Tratava-se de uma das primeiras teses doutorais exclusivamente focada no estudo do uso da joalheria numa determinada região do Brasil, neste caso a Comarca do Rio das Velhas, sobretudo na localidade de Sabará, pelo que estávamos já perante um marco do ponto de vista historiográfico e artístico.

Por ocasião do pronunciamento na respectiva arguição, fizemos votos para que este estudo viesse a ter outros sucessores a nível da história da cultura material no Brasil, sobretudo interligando a História e a dimensão estética, a que estas realidades se encontram marcadamente associadas. Constatou-se que, do ponto de vista da historiografia da arte brasileira, domínios há que, em concreto, necessitam de pesquisas mais aprofundadas – mobiliário, prataria, metais não nobres, faiança, porcelanas, traje, entre outros –, tanto para o período do Brasil Colónia como para as décadas do Brasil Império, com a importação muito relevante de peças europeias.

Os fenómenos da execução e do uso de peças de joalheria alcançaram maior representatividade social que os da prataria, pela transversalidade

da sua utilização em todos os estamentos da sociedade, ao invés do que sucedia com os objectos argênteos religiosos e civis, estes associados ao requintamento das elites tradicionais ou dos grupos emergentes, através de práticas miméticas.

Em termos do universo do mundo português, o conhecimento historiográfico da joalheria encontra diversos subsídios que não vamos aqui escapelizar, mas áreas geográficas há, designadamente a Madeira e certas regiões de Portugal continental, em que as especificidades da posse e os usos locais em Setecentos e Oitocentos se encontram ainda muito longe de um esclarecimento estruturado. No Brasil, a situação merece também alguma reflexão pela ausência generalizada de estudos sistemáticos, com uma ou outra excepção para determinadas localidades do país e, mesmo aí, circunscritos a determinados períodos históricos.

Se perspectivas de investigação há que podem ser desenvolvidas separadamente ao longo da evolução histórica de ambas as realidades transatlânticas, a ligação entre Portugal e o Brasil é, no campo da joalheria, e em determinados períodos históricos, absolutamente umbilical, pelo que quanto mais inclusivos forem os estudos dos dois panoramas mais assertivos serão os resultados das pesquisas.

A questão da jornada das pedras entre o Brasil e Portugal e, novamente, o seu regresso ao Brasil, engastadas em adornos preciosos, constitui um dos temas mais fascinantes de toda esta articulação entre ambos os lados do Atlântico. A isto vem-se juntar a questão dos corais e da sua proveniência, aspectos discutidos no presente livro por Ozanan, a partir dos trabalhos de Cláudia Mol e de Eduardo França Paiva. A viagem de formas, das técnicas e dos materiais constitui, pois, um dos temas mais aliciantes em termos de historiografia da ourivesaria, sendo necessário recolher ainda mais elementos em diversas regiões do Império Português de forma a obtermos tanto uma visão geral sobre o assunto, como quanto à suas distintas especificidades.

A centúria de Setecentos oferece a excelência da combinação dos metais e da pedraria, a elegância e aparato das formas, com tradução iconográfica nos múltiplos retratos existentes em Portugal. Da primeira metade de Oitocentos datam alguns livros de desenhos de peças portuguesas – com toda a probabilidade catálogos dos ourives –, que temos vindo a divulgar nas últimas décadas, representando um contributo para uma datação mais precisa dos modelos.

Significativa é a presença de grande quantidade de gemas na família do governador da capitania de S. Paulo, D. Luís de Sousa Botelho Mourão, informações que publicámos em “As pratas e jóias dos Morgados de Mateus, ao tempo de D. José Maria de Sousa (1800)” (*Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*, 2012, pp. 191-228).

O trabalho dado à estampa por Luiz Ozanan, assumindo o título “*A Joia mais preciosa do Brasil: joalheria na Comarca do Rio das Velhas – 1735-1815*”, constitui uma versão da sua tese doutoral, com incidência nos capítulos mais específicos desse trabalho referenciado *supra*. Através da sua leitura, ficar-se-á a compreender melhor a posse e o uso dos adornos preciosos na Comarca de Rio das Velhas, entre proprietários livres e forros, tendo como fonte primordial os inventários *post mortem*. Com o auxílio de diversos quadros sinópticos a que o Autor recorre para a apresentação das suas pesquisas, metodologia de sistematização da informação com que nos identificamos, obtém-se um leque abrangente de leituras possíveis, desde aspectos mais gerais até às jóias e peças de ouro de determinada pessoa, potenciando, ainda, a utilização dos dados por outros investigadores.

A leitura da joalheria setecentista e das primeiras décadas de Oitocentos em Minas Gerais que efectuámos ao longo destes últimos anos, envolvendo localidades como Mariana, Vila Rica, Tijuco e Vila do Príncipe, e, mais recentemente, diversos locais da Comarca do Rio das Mortes, indicia usos recorrentes de muitas das tipologias nas várias zonas. Mariana, Vila Rica e Diamantina possuem alguns conjuntos de maior monta, observando-se a presença mais assídua de diamantes de certo valor e de gemas como topázios e crisoberilos – então designados por crisólitas –, pingos d’água (cristais), águas-marinhas ou ametistas. O ouro como material utilizado nos adornos alcança um papel determinante, enquanto a prata surge nas estruturas de cravação de muitas das jóias engastadas com as gemas acima referenciadas. Nunca esqueçamos a dimensão do ouro como reserva pecuniária de tradução quase imediata, factor a que a população conferia uma importância efectiva, sobretudo em períodos de menor disponibilidade económica. Por outro lado, a ausência de pérolas é compensada pela presença dos seus parentes mais pobres, os aljófares.

Aludamos a algumas especificidades da realidade da ourivesaria local, nomeadamente a designação *olho de mosquito*, que, entretanto, descobrimos utilizada também em avaliações de jóias nas ilhas atlânticas

dos Açores. Mas existem, ainda, os termos brincos *barriga de aranha* e anel *olho de víbora*, menos comuns, correspondendo este último a um objecto com uma ágata, como aponta o Autor.

Luiz Ozanan publica elementos importantes para a percepção do uso dos objectos nesta região. Por exemplo, o quadro XIII evidencia as tipologias de adornos identificados nos inventários, divididas entre peças propriedade de mulheres brancas e outras de forras e crioulas, ou seja, apontando critérios sociológicos. Pertencentes a estas últimas, salienta-se a presença de um número significativo de botões – tipologia muito comum em Minas Gerais –, mas, sobretudo, das contas, o que parece fazer a ponte com tradições populares chegadas até hoje em regiões de Portugal e do Brasil; já os cordões, pelas informações referenciadas, predominam entre as mulheres brancas da Comarca do Rio das Velhas.

Nos capítulos III e IV, assistimos a um desfiar de considerações, designadamente quanto a materiais e funções, a propósito das diversas jóias e outros adornos, extraídos dos inventários *post mortem* da Comarca de Rio das Velhas. Entre exemplares de metal precioso, com ou sem gemas, situam-se peças destinadas às diversas zonas corporais da mulher tradicionalmente ornamentáveis, que vão desde o toucado às orelhas, do pescoço ao colo, das mãos aos complementos do traje, neste caso as fivelas. Por entre particularidades dos espécimes preciosos relatados, como os de natureza religiosa e mágica, ficamos a conhecer alguns dos seus possuidores, entendendo a moldura humana que nos parece fundamental para uma percepção de quem detinha estes, por vezes, pequenos *tesouros*. Restam, no entanto, poucas notícias sobre como e quando se efectuava o uso dos objectos preciosos, cabendo-nos, pois, a partir de algumas fontes chegadas até à actualidade, gizar a tecitura do uso das jóias, designadamente enquanto factor de representação social, no período em consideração.

Findas todas estas considerações de contextualização geral e específica deste livro e da pertinência de o imprimir, gostaríamos de felicitar o seu Autor pela publicação desta sua obra e estimulá-lo a continuar as suas investigações nestes domínios, de forma a poder consubstanciar opiniões e a reforçar um conhecimento mais aprofundado da realidade histórica da joalheria brasileira.

Porto (Portugal), 18 de Julho de 2017

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

Introdução



Alguns objetos estão ligados de forma direta ao homem, sendo portadores de significados que medeiam as relações humanas. Os ornamentos corporais pertencem a essa classe. Autores como Baudrillard defendem a hipótese: “os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objetos” (BAUDRILLARD, 2007. p.15). Dessa maneira, as joias, que sempre ocuparam um lugar na história da humanidade, passam a ser vistas não só como um adorno, mas também como um objeto carregado de símbolos e signos, com variadas funções e usos.

Na época do Brasil Colonial, a grande maioria das peças que adornavam o corpo humano foram feitas para as mulheres, como destacou Alcântara Machado: “sem joias não há dama que se considere suficientemente vestida” (MACHADO, 1980, p.101). Apesar disso, os homens também investiram dinheiro e tempo em busca de um ornamento que os representasse e artefatos próprios para o uso masculino foram criados, seja somente para ataviar, ou mesmo invocando proteção. A joia era vista, também, como símbolo, poder e sentimento.

Em se tratando do século XVIII, na antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, as joias eram peças fundamentais não só para serem mostradas nesses encontros sociais, mas serviram como moeda de troca e possuíram outros significados que ao longo do texto serão explorados. Mas o uso não se restringia à sede da Comarca do Rio das Velhas.

Mesmo no cotidiano, as peças de joalheria foram flagradas pelos diversos viajantes e cronistas que, na Capitania de Minas Gerais, transitaram desde o século XVIII. Pode-se contar histórias a partir desses ornamentos. Histórias cheias de emoção, como os romances, amores

feitos e desfeitos; histórias repletas de aventura, como as buscas de tesouro por piratas ou a guarda de um anel com propriedades mágicas. Em alguns casos, as joias são também objetos de desejo pessoal e símbolo de conquista.

Este livro se desenvolve em torno do tema “joalheria do século XVIII”, dando os primeiros passos de um longo caminho a ser percorrido, principalmente em função da escassez de referências visuais e da dispersão de dados referentes ao ofício dos ourives, que se voltaram para a produção de ornamentos corporais femininos e masculinos. Optou-se, aqui, por delimitar o estudo do uso das joias pelos habitantes da Comarca do Rio das Velhas, entre os anos de 1735 e 1815.

O dia a dia na Comarca do Rio das Velhas, em particular, e na Colônia, em geral, incluindo todas as vilas, arraiais e lugarejos, foi marcado por uma circulação de modos, de imagens e de tradições proporcionada pelos atores sociais. Os europeus, assim como os africanos, já portavam joias, desde muito tempo, e os brasileiros também não ficaram somente na observação, participando ativamente do comércio e do uso de alguns ornamentos. Chamou a atenção nesta pesquisa, a quantidade de negras (pretas, crioulas e mestiças) que possuíam joias e, em muitos casos, joias feitas com pedrarias engastadas ou com técnicas refinadas. Por estarem acostumados com o uso de ornamentos corporais, os africanos foram flagrados pelos portugueses quando estes chegaram ao continente africano, e descritos pela pena de Duarte Barbosa. Em seu livro *Do que viu e ouviu no Oriente*, o comentarista português registrou que o uso do atavio era bastante comum entre homens e mulheres africanos (BARBOSA, 1989).

Os africanos ajudaram na difusão do gosto de se adornar em terras brasileiras. Nesse intenso trânsito ocorrido no Novo Mundo, podemos perceber que quase toda essa gente, que viveu na região das Minas Gerais, adornou-se de alguma forma, fato que pode ser atestado pelos exemplos de peças encontradas nos documentos. Esses africanos, seguidos por uma grande geração de mestiços, usaram joias com várias finalidades, muitas como demonstração de distinção e poder, outras como forma de pecúlio, ou ainda como proteção.

Vejamos, então, como a sociedade setecentista usou os adornos corporais. Homens e mulheres viam nas joias elementos de fé católica, de atavio, de negócio, de proteção ou até mesmo contra os maus-olhados. As joias podiam ser consideradas remédio, moeda de troca ou mesmo

demonstração de riqueza. O mais importante, porém, é que por meio delas, tentou-se entender a sociedade setecentista da Comarca do Rio das Velhas, percebendo a real importância das Minas Gerais, que foi considerada a joia mais preciosa do Brasil.

Para este livro, foram lidos alguns inventários e testamentos produzidos nas Minas Gerais no século XVIII, sob a guarda de diversos arquivos públicos. Naquele tempo havia gente de toda sorte de condições escravos, forros e livres. Também de qualidades: índio, branco, preto, negro, mestiço, crioulo, cabra, mulato, pardo, mameluco, caboclo, zambo etc. Sendo assim, as pessoas eram classificadas com esses termos na documentação, então os termos serão aqui reproduzidos como eram escritos na época. Esclarecendo que a Preta era a mulher que nasceu em alguma parte da África; a crioula era a filha da preta, nascida no Brasil. Parda, mestiça, mulata, zamba, cabocla entre outras denominações eram frutos de mestiçagens. O termo negro é bem generalista, sendo utilizado para apontar o cidadão de cor, sem se ater às suas qualidades.

Capítulo 1

As joias e a documentação



O presente trabalho organiza-se, como já citado, pela leitura de trezentos e vinte inventários e de quinze testamentos produzidos pelos moradores da Comarca do Rio das Velhas entre os anos de 1735 e 1815. Esse conjunto documental possibilitou verificar as redes sociais, culturais e econômicas montadas, em vida, pelo testador e pelo inventariado.

Toda a documentação foi lida tomando como base uma perspectiva metodológica que permite perceber as continuidades de uso e de permanência de algumas funções, de maneira que se possam verificar os novos usos e suas adaptações, com relação à história da joalheria. Trata-se das comparações e conexões históricas, que nos permitiram aproximar, por exemplo, práticas culturais entre as regiões visitadas pelos portugueses. Este trabalho também evidencia a noção de universo cultural como sendo um espaço marcado por possibilidades e significados que se agregam em um conjunto de impermeabilidades e permanências, ou mesmo mudanças.

Nesse sentido, a joia deixa de ser um mero artefato com valor estético e mercantil, alcançando vida cultural, social e política, quando usada, por exemplo, para evocar os antepassados africanos, ou como forma de demonstrar a conquista da liberdade, ou mesmo como símbolo de riqueza nas festas anuais. Quando as pretas, crioulas e mestiças exibiam as joias, provavelmente estavam celebrando aproximações com o mundo dos livres, já que esse tipo de ornamento era o mais utilizado nas sociedades de Corte na Europa.

Aliás, muitas pretas, crioulas e mestiças, tanto escravas, quanto libertas e nascidas livres, usaram mais esse tipo de ornamento, com técnicas requintadas e alto valor venal, que as mulheres brancas. Entre

as joias mais usadas por elas, estão as com temática religiosa, como no caso da preta Páscoa Gomes dos Santos, Natural da Costa da Mina. Em seu testamento, ela declarou uma *cruz de ouro com suas pedras de diamante, uns brincos de ouro com seus diamantes e um crucifixo de ouro* (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-TEST 32 (48). Páscoa Gomes dos Santos, 1770). Outra preta forra que possuía joia com temática religiosa foi Maria Parreiras, solteira, morreu no ano de 1773 e em seu inventário constava *uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em ouro* (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 68. Maria Parreira. 1773.).

Já a parda Esperança Pereira do Lago, que foi casada com Manoel Pereira da Rocha, possuía muitas joias com temáticas variadas. Moradora do “*Arrayal Velho Freguesia de Curral Del Rey, termo da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará*”, (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago. 1793) morreu em abril de 1793, e em seu inventário constavam os ornamentos corporais descritos no quadro a seguir.

QUADRO 1

Quantidade de peças com o respectivo valor da parda Esperança Pereira do Lago, listadas no inventário.

Quantidade	Peça em ouro lavrado	Valor
Uma	Imagem de (ilegível) com um trancelim de ouro -	23\$500
Um	Caixilho de ouro liso com seu trancelim também de ouro	25\$200
Uma	Corrente de braço de ouro com seu trancelim largo com sua Verônica de Santo Anastácio e outra de Nossa Senhora da Conceição - 6 oitavas	9\$000
Uma	Corrente de ouro trancelim partido com sua Verônica de São Bento e outra de N. Sra. Conceição 3 oitavas	5\$525
Um	Corais de ouro grande lavrado - 8 oitavas	11\$637
Um	Coral grande de ouro lavrado - 5 oitavas	7\$000
Dois	Olhos de Santa Luzia de ouro com seu esmalte branco	2\$100

Quantidade	Peça em ouro lavrado	Valor
Dois pares	Brincos com seus aljofres	2\$362
Um par	Brincos com pedras de aljofres	1\$400
Um	Brinco quebrado com pedra vermelha	1\$050
Um par	Botões de ouro pequeno	\$875
Uma	Imagem do menino Jesus de ouro	\$875
Uma	Verônica de ouro com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e sua custódia	1\$575
Um	Anel de ouro lizo	\$700
Um	Contas de ouro maciço	6\$300
Quatro	Cordões de ouro fino	32\$900
Dois	Cordões de ouro fino	9\$800
Dois	Fios, digo Mis(ilegível) e três contas de ouro pequenos e dois pares de botões de ouro	3\$500
Quarenta e nove	Contas de ouro	2\$100
Um par	Fivelas de prata	2\$250
Uma	Boceta de prata	2\$000

Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago.

Os exemplos acima ilustram parte do universo cultural no qual as negras, crioulas e mestiças estavam inseridas, ou seja, ilustram as conexões e os movimentos que os encontros culturais entre povos de origens e “qualidades” (brancos, negros, índios, crioulos, mestiços, pardos, mulatos, cabras, dentre outros.) promoveram e demonstram também adaptações e trocas culturais ocorridas cotidianamente.

Páscoa Gomes também é um exemplo de mobilidade econômica e social. Conseguiu sua alforria, ao mesmo tempo em que se tornou uma agente envolvida no processo de mistura cultural, originando algo

novo. A parda Esperança do Lago teve à sua volta, desde seu nascimento, as condições que permitiam essa mobilidade, uma vez que estava acostumada a ver os mestiços por todos os lados, seja no comércio, na mineração ou mesmo nas câmaras.

Não se pretende, neste livro, descrever as andanças de escravas que, ao saírem em público, desfilavam com as joias próprias (em alguns casos) ou com as pertencentes aos senhores (em muitos outros), devolvendo-as assim que retornavam aos afazeres cotidianos. Deseja-se, na verdade, propor uma reflexão em relação à quantidade e aos tipos de joias que mulheres não brancas de todas as “qualidades” e “condições” (livres, libertas, escravas) usavam, apontando a maneira com a qual algumas joias eram vistas e usadas por membros da sociedade local. Em alguns casos, a quantidade de joias que elas possuíam superava as pertencentes a mulheres livres. Essas mulheres não brancas chegaram a emprestar e a empenhar suas joias, como no caso da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, estudada por Paiva (1995) que declarou em testamento ter empenhado algumas de suas joias para mulheres livres, na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST – Bárbara Gomes de Abreu e Lima. códice 2, f. 86v-91, 1735).

Buscou-se aqui fazer um levantamento das posses das pretas, crioulas e mestiças, e também destacar as joias como objetos históricos presentes nas vidas de livres, libertos e escravos. Vincula-se isso à mobilidade econômica, cultural e, em alguns casos, social, vivenciada por essas mulheres e tentou-se mostrar, pelo uso dos ornamentos, certa influência que elas exerceram sobre os usos de algumas joias por parte de homens e mulheres brancos. Para tanto, foi explorado ao máximo as descrições feitas em inventários e testamentos de pessoas que tinham joias e que as deixaram registradas.

Escravos e forros contribuíram enormemente para o incremento populacional das Minas Gerais e, também, para a intensa mobilidade cultural aí existente. Os africanos trazidos para a Capitania das Minas Gerais tinham origens muito diversas, que podem ser classificados como Bantos (ou Bantus) e Sudaneses. No grupo dos Bantos tivemos os Angolas, Bengalas, Rebolos e Congos. Já no grupo dos Sudaneses encontram-se os Minas (PAIVA, 1995, p. 73).

Além de africanos e de europeus, a população mineira setecentista também contou com índios e, com um numeroso grupo de pessoas nascidas na América Portuguesa, formado por crioulos e mestiços de

várias “qualidades”, principalmente. Lembremos que, na Capitania, formou-se um quadro social propício a uma efervescência cultural, à compra de alforria, à formação de pecúlio pelos escravos e até mesmo à ascensão econômica de muitos forros. É prudente lembrar que esse cenário se constituiu desde as primeiras décadas da ocupação dessa região, conforme relatos de André de Mello Castro, Conde de Galvêas (1688 – 1753) então governador da Capitania, que escreveu ao rei sobre os forros:

[...] ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos nas lavras do ouro, nas dos diamantes, nas roças e comumente fâiscam para si de que se segue a Vossa Majestade a utilidade de seus quintos que seriam menos se eles não minerassem. (Arquivo Público Mineiro/CMOP - Códice 35 - Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos - 1735-1736, f. 118-118v.)

O conjunto documental investigado constitui-se, principalmente, de inventários *post mortem* pertencentes ao acervo do Museu do Ouro em Sabará, divididos em Cartório do Primeiro Ofício (CPO) e Cartório do Segundo Ofício (CSO), ambos fazem parte dos arquivos da Casa Borba Gato. Outros documentos são pertencentes ao Fundo Arquivístico da Câmara Municipal de Sabará (CMS), ao Arquivo Público Mineiro (APM), também alguns testamentos são da Casa Setecentista de Mariana, e Códices do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), seção Minas Gerais foram analisados para esta pesquisa.

O comércio intenso e o dinâmico trânsito cultural entre os brasileiros e os ibéricos durante o século XVIII, como aponta Paiva (2006), proporcionaram, em certa medida, a globalização do mundo, o que pode ser percebido analisando o acervo em alguns museus europeus. O trânsito cultural foi nossa motivação e a comparação de ornamentos foi nosso objetivo nas visitas a acervos europeus.

Como mencionado, a proposta é fazer uma leitura percebendo as joias nos vários grupos sociais. As mulheres brancas e as não brancas, como as personagens citadas anteriormente, compactuavam, por vezes, do mesmo gosto e crenças semelhantes, possuindo, em vários casos, peças com a mesma temática. Outras peças encontradas nos inventários mineiros foram as figas, as verônicas e outras medalhas, feitos de santos, que estavam presentes tanto no repertório das mulheres brancas, quanto em posse das pretas, crioulas e mestiças, e poderiam ter sido utilizadas todas de uma vez em uma única peça, em pencas.

Essas pencas não eram muito comuns na região das Minas Gerais, apesar das suspeitas de Paiva (2006) com relação ao testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que manifestou interesse em resgatar todos os pendentos empenhados nas mãos de algumas pessoas próximas à testadora. Esses “berloques”, como são chamados por Paiva, deveriam fazer parte de uma penca de balangandãs, talvez desfigurada, como aparecia expresso no testamento de Bárbara Gomes, no qual eram indicados:

[...] um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, [...], umas argolinhas de ouro pequenas uma bola de âmbar, uma volta de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada tudo de ouro, quatro coljeres de prata pesando oito oitavas cada, quatro garfos de prata e uma faca com cabo de prata, duas memórias de embassadeiras (sic) dois pares de botões de anáguas abertos no buril tudo empenhado nas mãos de Manoel Magalhães que meus testamenteiros desempenharão. (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST – Códice 2, f. 86v-91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima, 1735.)

A penca de balangandãs, se trazida completa à cintura, como era usual, servia de ornamento e, ao mesmo tempo, de proteção à portadora. Todos os berloques possuíam significados distintos, relacionados à saúde, à sexualidade, à fertilidade, além de ser um emblema de poder usado por algumas mulheres, talvez, principalmente, por pretas, pardas e crioulas. Claro que cada usuária pendurava na penca os objetos que diziam respeito aos medos, anseios e necessidades, como a demonstração de poder ou de ascensão social. Portanto, era uma peça com vários significados particulares, mas que evocavam autoridade, poder, devoção e proteção ao mesmo tempo.

Este estudo está centrado na posse e circulação de ornamentos corporais na Comarca do Rio das Velhas, particularmente na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, entre 1735 e 1815, não obstante alguns recuos e adiantamentos justificados pela recuperação de subsídios documentais capazes de estabelecer uma melhor compreensão acerca da permanência e da recorrência do tema a ser trabalhado. A primeira data escolhida corresponde ao início da atuação de ourives na região investigada. Um levantamento inicial dá conta dos exames de ofícios de Custódio Fernandes Vieira (APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 25v.), Francisco Luiz da Costa (APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 36v.), Manoel da Costa Pontes (APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 28v.) e João Pereira da Silva (APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 29v.), todos listados no texto do cônego Raimundo Trindade (1995).

O marco temporal limite deste trabalho é o ano especial de 1815. É um marco especial por ter sido um ano de mudanças no cenário político e econômico brasileiro. O Alvará de 11 de agosto de 1815, que revogava e abolia a Carta Régia de 30 de julho de 1766, franqueava aos ourives do ouro e da prata trabalharem nesses metais e negociarem suas obras como bem lhes conviesse. Foi também o ano em que o Brasil tornou-se Reino Unido a Portugal e Algarves, a partir de 16 de dezembro, o que, definitivamente, mudou o contexto de sua história e da respectiva história de seus moradores.

Retomando a Sabará, lócus da presente pesquisa, aquela vila apresentou, desde sua fundação, uma pluralidade econômica, não só em função da produção de ouro, mas também em razão da quantidade de atores sociais que aí se instalaram em busca de fortuna e formação de patrimônio. Em toda a Comarca do Rio das Velhas, como já destacado anteriormente, chegaram indivíduos dotados das mais diversas habilidades e habilitados em vários ofícios com o intuito de atender às necessidades dos residentes, contribuindo assim para a diversificação das atividades econômicas, como a extração mineral, as roças, a criação de animais, o comércio e o artesanato, entre outras, garantindo a mobilidade da população e o trânsito de pessoas, de saberes e de objetos.

A referida Comarca foi a mais densamente povoada, de acordo com o registro dos habitantes da Capitania de Minas Gerais no ano de 1776. Foi aferida nessa Comarca a quantidade total de 99.576 habitantes entre homens e mulheres de diversas “qualidades” e “condições”. Com tamanha diversidade, essa Comarca demonstrou ser um campo fértil para as análises pretendidas na pesquisa, e grande parte da mesma foi feita com a leitura de testamentos e inventários *post mortem*.

Em alguns inventários lidos para este trabalho pode-se flagrar o destino de algumas joias, assim como algumas disputas pelos bens deixados pelo defunto. Na partilha, o inventariante podia promover intervenção dos pertences, bastando para tal apresentar contestação sobre os bens a serem partilhados ou mesmo sobre a legitimidade dos herdeiros. Foi comum nos inventários mineiros do século XVIII a aceitação, por parte da viúva, dos filhos ilegítimos, como os do capitão mor João Ferreira dos Santos. (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I. 05 (60). Capitão Mor João Ferreira dos Santos. 1739).

Nos inventários da Comarca do Rio das Velhas, notou-se que, embora a diferença seja pequena, houve um predomínio de homens inventariados.

QUADRO 2

População branca e parda de Minas Gerais (1776)

Comarca	Branco	Pardo	Preto	Branca	Parda	Preta	Total
Vila Rica	7847	7981	33.961	4.832	8.810	15.187	78618
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	13.649	8.179	10.862	82781
Rio das Velhas	8.648	17.011	34.707	5.746	17.225	16.239	99576
Serro Frio	9.905	8.186	22.304	4.760	7.103	7.536	58794
Soma	42.677	40.793	117.171	28.987	40.331	49.824	319783

Fonte: "Taboa dos habitantes da Capitania de Minas Gerais, 1776", Veiga, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras*, 1778, p. 194.

Situação normal em função da predominância masculina no espaço estudado. Entre esses homens, percebe-se que a maioria aderiu ao matrimônio e, além disso, os homens eram livres. Os forros, cujos inventários foram analisados, eram minoria na Comarca, não tendo sido localizado, inclusive, um único forro solteiro no rol de documentos, o que demonstra a preferência pelo matrimônio entre os homens dessa “condição”.

Com relação à presença feminina nos inventários, percebe-se que as mulheres livres eram casadas. Esse perfil de estado civil não foi o mesmo para as mulheres forras. A maioria não se casou e boa parte delas possuía filhos, reconhecidos pelos antigos donos ou mesmo sem conhecimento do pai da criança. Em se tratando de viúvas, todas as inventariadas eram livres.

Todos os homens solteiros eram livres, perfil muito diferente do encontrado para as mulheres solteiras possuidoras de ornamentos. As forras parecem não ter sido adeptas do casamento, preferindo uma vida autônoma, às vezes conseguida com muito esforço.

A análise da documentação indica que, na sociedade mineira, durante o século XVIII, as forras, em grande medida, não se casaram, mas trabalharam para sustentar a família e, também, para acumular bens e capital que, parcialmente ao menos, acabaram sendo legados em testamento. Houve, aparentemente, relativa tranquilidade com relação

QUADRO 3

Perfil dos inventariados de acordo com o sexo, estado matrimonial e condição social. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, 1735-1815.

HOMENS 55%							
Casados		Solteiros		Viúvos		N/Declarado	
62,5%		31,5%		3%		3%	
Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros
92%	5%	100%	0	100%	0	-	-

MULHERES 45%							
Casadas		Solteiras		Viúvas		N/Declarada	
73%		19%		4%		4%	
Livres	Forras	Livres	Forras	Livres	Forras	Livres	Forras
79%	21%	0	100%	100%	0	-	-

Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato - Inventários dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, século XVIII. Os valores percentuais foram calculados a partir do total de 280 inventários pertencentes aos moradores da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

à aceitação social da mulher solteira e mãe, mesmo porque era muito comum o concubinato naquela sociedade composta majoritariamente por homens. A menor quantidade de mulheres fomentou a generalização de tratos ilícitos entre a população, envolvendo homens e mulheres de todas as “qualidades” e “condições”.

Entre os bens acumulados pelos forros achavam-se gado, mobiliário e escravos. As mulheres forras também diversificaram seu patrimônio. Possuíam joias, terras, roupas e escravos, ou seja, assim como os homens, preocupavam-se não só com a constituição de um sólido patrimônio e da manutenção deste, mas também com a possibilidade de transferir aos herdeiros uma parcela de seus bens mais pessoais. Acredita-se que as mulheres estiveram mais preocupadas em legar aos herdeiros parte de sua cultura material. Então não foram simplesmente joias ou roupas que

elas deixaram, foram objetos que condensavam experiências de vida. Elas legaram aos herdeiros a visão da joia como pecúlio, uma nova maneira de administração financeira, empenhando as joias em momentos difíceis ou usando-as como moeda de troca.

Explicado tudo isso, vamos entender o conceito de joia utilizado para este livro.

Capítulo 2

A joia mais preciosa do Brasil: conceitos e historiografia



2.1. Conceito de joia adotado para este texto

O termo joia, grafado também com a letra “y”, sofreu alterações de conceito ao longo dos tempos. O padre Rafael Bluteau (BLUTEAU, 1712, p. 195) relacionou, em seu dicionário, a palavra com a grafia “joya” como sendo uma peça para ser posta no colo da mulher, feita de ouro ou prata, mas sempre com o uso de pedras preciosas cravadas no metal. Bluteau, ao fazer uma classificação das joias, abre uma pequena possibilidade para a ampliação do uso desse termo para todas as peças de ouro ou prata que as pessoas usavam no corpo ou nas vestimentas, como forma de obter para si alegria e ânimo. Outro registro significativo dado para o termo está no dicionário de Antonio de Moraes Silva, o verbete “joya”: “peça de ouro, prata e pedraria de adornar”. Nesse caso, essa peça deve, necessariamente, ser composta por ouro ou prata e ter cravada nesse metal alguma pedra, sem que precisasse ser uma gema. (SILVA, 1789, p. 191)

No ano de 1832, Luiz Maria da Silva Pinto escreveu em seu dicionário que “joya é qualquer peça preciosa que serve para adorno das mulheres” (PINTO, 1832, p. 81). Nesse caso, podem-se considerar como joias os brincos, os anéis, os cordões, as contas, mesmo quando esses ornamentos não possuam pedras cravadas. Importante destacar que, enquanto Bluteau mostrou a possibilidade de homens portarem ornamentos, Luiz Pinto deixou claro que esse uso é exclusivamente feminino. Já Antonio Moraes Silva mostra que é admissível novamente o uso de ornamentos pelos homens, mas explicita que as joias dividem-se em “joyas de mulher, del Rei, da Coroa”. (PINTO – 1832. p. 151).

Apesar do esclarecimento acima, usaremos o termo joia para designar todo e qualquer ornamento corporal, usado pelos homens e mulheres do século XVIII e parte do XIX, na Comarca do Rio das Velhas, assim como qualquer forma de atavio confeccionado em ouro, prata, pedras, ou materiais orgânicos como pérolas, âmbar e corais receberão, neste texto, o mesmo tratamento. Este estudo pretende refletir sobre o papel dos intervenientes no uso do ornamento precioso, mesmo porque não há como desligá-los do contexto histórico, social e econômico em que se situam. Pretendeu-se promover a compreensão de uma época em que, ao portarem joias, os usuários procuravam valorizar algumas ideias, como o “aparato”, a “distinção” e a “proteção”. Uma análise em relação ao tipo de material utilizado em alguns ornamentos, bem como a técnica dispensada para a confecção destes, será realizada aqui.

Outros termos que farão parte deste texto e que, por se misturarem, precisam ser bem entendidos são joalheria e ourivesaria. Ourivesaria é considerada a arte de trabalhar o ouro e demais metais preciosos, tais como a platina, o paládio e a prata. A joalheria é o setor da ourivesaria que trata da fabricação de objetos destinados exclusivamente ao uso dos adornos corporais. O responsável por essa atividade é o joalheiro.

Joalheria está relacionada com a criação do objeto que vai servir de ornamento corporal, implicando o uso dos metais, associados ou não ao emprego de pedras preciosas. Em alguns casos, essas pedras podem ser simulacros, imitando o brilho das verdadeiras. Já a ourivesaria será tratada, neste texto, como sendo algo que diz respeito ao valor artístico que é dado ao metal precioso – ouro ou prata, no caso mineiro –, não sendo importante aqui a categoria de objeto feito por essa arte, como armas, cálices, joias, alfaias religiosas ou objetos utilitários.

Dessa maneira, inicialmente, vamos tratar a joia como adorno, por ser esta a primeira característica dessa peça, posto que tende a ser um objeto detentor de significativo valor estético quando a ele se agregam pedras preciosas. Também consideramos joia objeto confeccionado com técnicas refinadas de ourivesaria e até mesmo aquele que possuía pedras que tentavam imitar as gemas. Percebemos que as joias têm os mais variados usos, ao menos em Sabará do século XVIII, fazendo parte do cotidiano e que elas eram utilizadas não só como adorno, mas também como pecúlio, proteção, religiosidade.

Neste texto, como já explicitado, utilizaremos o termo “joia” para todo o tipo de ornamento corporal que encontramos arrolados nos inventários pesquisados na Casa Borba Gato em Sabará. Empregaremos,

também, o termo “ourives”, sem a preocupação de separar o oficial do artífice, o mestre do aprendiz. Também não serão distinguidos os que trabalhavam com ouro ou com prata, mesmo que esta classificação conste da legislação em vigor no período (o ourives do ouro e o ourives da prata), bem como o ofício de ensaiadores, que são os oficiais que examinam o teor de prata ou de ouro utilizado nas peças feitas com esses metais.

2.2. Historiografia da joalheria no Brasil

A história da joalheria brasileira é um tema pouco explorado. Alguns poucos autores produziram estudos sobre esse tema na América Portuguesa, porém indiretamente. Muitos cronistas registraram algumas descrições de ornamentos corporais, de forma bastante tímida. Os primeiros estudos sobre as joias brasileiras iniciam-se com uma conferência feita, em 1940, por Francisco Marques dos Santos e, relatada por Ana Amélia Mendonça, (1968, p. 31), quando apontou que:

[...] nas igrejas, até o Segundo Reinado, viessem elas de campos dos Goitacazes, da Cidade do Cunha, do Sabará ou de Olinda e teriam adereços de toda ordem para cada imagem. Com que garbo as senhoras devotas da Bahia, vestiam as imagens no dia das suas festas. Botavam-lhe vestido novo, colares de contas confeitadas, broches, laços, pulseiras, tudo com diamantes, crisólitas, rubis ou pedras coradas.

A museóloga Octávia Oliveira publicou nos *Anais* do Museu de História Nacional do Rio de Janeiro, pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1948, um texto analisando a produção de artigos de ourivesaria no Brasil desde o século XVII (OLIVEIRA, 1948). Nesse trabalho ela faz menção aos regimentos, alvarás e leis que regiam o ofício de ourives, bem como as proibições e severas penas impostas a quem burlasse as determinações. Produziu um texto que se tornou referencial para o estudo da joalheria e ourivesaria no Brasil.

Especificamente para a cidade de Salvador, na Bahia, o historiador Waldemar Mattos, usando como balizas temporais 1725 e 1845, trabalhou com os avaliadores que eram os responsáveis por aferir e certificar o peso de qualquer peça de ouro ou de prata. Estudou também os responsáveis pela verificação do preço de qualquer pedra preciosa, que eram chamados de contrastes (MATTOS, 1952). Esses oficiais avaliavam e também produziam joias que foram usadas pela elite de Salvador e, muito provavelmente, por compradores de outras regiões, não só da Bahia como do Brasil. Percebemos

que Mattos não trabalhou diretamente com a joalheria, mas contribuiu para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema, pois relaciona os mais importantes ourives que trabalharam na cidade, como também seus trabalhos, incentivando mais pesquisas.

No início da década de 1960, a pesquisadora Marieta Alves, em documentação encontrada em vários arquivos da Bahia, identificou ourives e algumas das principais peças da ourivesaria baiana a partir do século XVI. Em sua pesquisa, ela disserta sobre o ofício de ourives, com destaque para o trabalho de dois portugueses que exerceram a atividade em terras baianas. Chama a atenção para a legislação vigente na Bahia entre os séculos XVI e XVIII, em especial a que tratava da permissão e da proibição de exercer ofício de ourives. Um alvará publicado em 20 de outubro de 1621 “dizia que nenhum mulato, negro ou índio mesmo liberto podia exercer o ofício de ourives” (ALVES, 1962).

Alves não abordou em seu livro, especificamente, os trabalhos de joalheria, entretanto, tratou dos mestres ourives e suas respectivas marcas, destacando as alfaías nas igrejas e relacionando algumas peças descritas no inventário das peças em ouro pertencentes à Igreja do Colégio da Companhia de Jesus.

Em 1968, foi publicado *Jóias do Brasil Antigo*, de Anna Amélia de Mendonça. Em seu ensaio, essa colecionadora abordava o tema da joalheria desde os artefatos indígenas até a década de 1960, a partir de sua coleção e de algumas jóias expostas no Museu Imperial. Nesse trabalho, ela usava seu conhecimento histórico para apontar fatos relacionados com a trajetória da joalheria brasileira. As conexões com obras e autores portugueses são oportunas e esclarecedoras e a autora tinha a preocupação de embasar parte do seu ensaio na legislação sobre a práxis dos ourives.

Como o ensaio é um texto livre de convenções e formalidades, Mendonça não se preocupou em apontar as referências que embasaram sua pesquisa. No entanto, tratou do sincretismo religioso nas jóias, focando as pencas de balangandãs como sendo expressão máxima dessa prática no Brasil, arriscando um trajeto para os berloques que compõem as pencas (MENDONÇA, 1968, p. 51).

É muito possível que os primeiros objetos feitos em prata para adorno e fetiche das negras da Bahia, tenham sido executados por escravos provenientes do Sudão, onde é comum dedicarem-se os negros a trabalhar o ouro e a prata em pequenas forjas, escondidas em pequenos terreiros.

Mendonça ainda teve fôlego para apontar uma tipologia e os usos mais constantes da joia, tudo segundo o seu ângulo subjetivo. O ensaio de Mendonça é importante para os estudiosos de joalheria colonial brasileira, pois serve de ponto de partida para críticas e verticalização dos estudos nessa área do conhecimento.

A ourivesaria na Bahia foi objeto de poucos estudos na década de 1970. Paulo Machado lançou, em 1973, o livro *Ourivesaria Baiana*, abordando as penças de balangandãs, na tentativa de documentar a nomenclatura certa das joias usadas pelas negras baianas, sua origem, sua beleza. Esse colecionador não esclareceu sobre técnicas, mas, ao tratar de cada peça que compõe a pença de balangandãs, chamados de berloques, abordou quais os materiais mais utilizados na confecção dos mesmos, bem como suas funções no conjunto. É importante destacar que o livro apresenta consistência na análise de algumas peças, como técnicas e materiais que foram produzidos, além da descrição não só dos berloques e de seus significados, mas de outros adornos que o autor deixou transparecer que essas joias, na Bahia, eram de uso restrito das crioulas, como as pulseiras e colares de contas, entre outros.

Em 1981, Maria Helena Farelli lançou o livro intitulado *Balangandãs e figas da Bahia*, dedicando parte dele para a diferenciação dos termos utilizados para esse ornamento e a explicação de seu uso na magia e nas festas populares. Sem muito rigor científico, contribuiu para a tipologia ao classificar esses ornamentos em devocionais, votivos, evocativos e propiciatórios (FARELLI, 1981, p.18-20).

Encontramos muitas joias com essa classificação estudada por Farelli na documentação pesquisada. Foram dezenas de figas, muitas medalhas, breves e verônicas de santos de devoção. A documentação cartorária pesquisada se mostrou farta em relação a peças feitas em coral e aljôfar, como se verá mais adiante. Alguns anéis de retratos fizeram parte dos bens de alguns moradores da antiga Vila de Sabará, e, usando a metodologia proposta por Farelli, são classificadas como joias evocatórias.

No ano do centenário da abolição, muitos trabalhos sobre escravidão, cultura africana e a condição do negro foram produzidos e entre eles está a reedição de *Costumes africanos no Brasil* (QUERINO, 1998), organizado por Raul Lody, que traz de volta a cultura material presente na Bahia desde o século XVII. O texto contribuiu para novos estudos sobre o uso de ornamentos pelos homens de cor, e, nas notas explicativas, organiza e corrige alguns equívocos cometidos pelo autor original,

Manuel Querino. O antropólogo carioca realça a fusão entre a ourivesaria baiana e os costumes africanos no Brasil, iniciando a produção de trabalhos sobre as joias de devoção e proteção. Lody, que se preocupava com a comprovação documental que faltava na obra de Manoel Querino, escrita em 1938, completava-a, inserindo explicações e sublinhando que o livro tinha por objetivo oferecer ao público interessado um trabalho de força e atualidade etnográfica sobre, em especial, a vida e a cultura dos afro-baianos.

Lody escreve desde 1987 sobre o candomblé. Em 1988, publicou um estudo sobre as joias-amuletos utilizadas pelos adeptos desse ritual. Esse autor procurou o vínculo entre as pencas de balangandãs e as irmandades católicas negras, pesquisando a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na Bahia. Uma discussão no livro de Lody conduziu uma parte desta pesquisa, que foi o uso de amuletos em coral, tão comum em Minas Gerais no século XVIII. No livro de Lody, ele observa que qualquer ornamento que será usado como amuleto deve passar por uma impregnação de propriedades mágicas, de modo que o objeto possa realmente desempenhar seu papel de símbolo possuidor de valores mágicos (LODY, 1988). Essa indagação é pertinente, mas creio que nas Minas Gerais, especialmente em Sabará do século XVIII, todos os portadores de objetos em coral o tinham como sendo objeto impregnado de magia. Não só a preta forra Catherina de Barros, que possuía dois “*braceletes de coral engranzados em ouro*”, um “*bracelete de corais miúdos engastados em prata*” (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (01) 05. Catherina de Barros, 1731), mas também Catherina Soares Pereira, mulher branca, que possuía “*cinco braceletes de coral com seis correntes e figuinhas de ouro*” (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (01) 08. Catherina Soares Pereira, 1733), entre várias outras pessoas, em cujos inventários e testamentos ficaram esses registros. Creio que muitas pessoas em Minas Gerais acreditaram no poder do amuleto em coral, pois o material era associado a poderes mágicos e trazia agregados alguns usos antigos, já que em alguns locais do continente africano, como no Congo e em Benin, era associado a linhagens e a sacrifícios, como aborda a africanista Suzanne Blier (1998).

E, mesmo que esse amuleto não fosse tão eficaz, como se notou, a crença não diminuiu ao longo do tempo. Grácia Rodrigues Bonfim, uma preta forra que morou na sede da Comarca do Rio das Velhas, usou de toda a sua proteção contra males. Não abrindo mão de suas crenças

ancestrais, possuía grande quantidade de fios de corais pequenos e grandes, todos engranzados em prata. Além disso, possuía uma corrente de braço com uma boneca de São Bento e uma Nossa Senhora da Conceição. Essa preocupação, no entanto, não a livrou de ser, oficialmente, declarada demente em 1775 (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (07) 71. Grácia Rodrigues Bonfim, 1775).

A longevidade do uso dos corais pode ser notada no inventário de Rita Coelho Carneira, mulher branca, casada com Pantalião Moreira Maya, onde consta “dois braceletes de corais miúdos, avaliados em quatro mil e cincoenta réis” (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (09) 93. Rita Coelho Carneira, 1796). Assim como a parda Esperança Pereira do Lago, que, ao morrer, em 1793, possuía entre as joias corais grandes engranzados em ouro (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago, 1793).

Ao portarem tais ornamentos, brancos e não brancos buscavam sorver das peças a boa sorte, talvez influenciados pelos costumes dos escravos e pelas práticas culturais comuns naquela sociedade. Então, como indagou Paiva, a encomenda de um ornamento em coral, feita ao ourives Gabriel da Encarnação de Almeida por Manoel de Lobo, poderia ser em função da crença de que tal ornamento seria um amuleto poderoso que traria sorte? A essa questão, soma-se outra. Será que “os corais engranzados em ouro com seu trancelim” que Gabriel de Almeida vendeu ao cliente eram para uso próprio ou seriam um presente para algum afeto? Em ambos os casos, o Dr. Manoel de Almeida acreditava no poder, independentemente do usuário.

Em 2001, Raul Lody escreveu o livro *Jóias de Axé*, sempre atrelando os fios de contas, pencas de balangandãs e outros adornos corporais a religiões afro-brasileiras. O autor aborda, nesse trabalho, algumas técnicas de confecção de joias, como a filigrana, mas limitou-se a dizer que essa é uma nítida incorporação das técnicas moçárabes, quando na verdade essa técnica já era conhecida pelos fenícios, como salientou Rocha Peixoto (2011). O autor volta ao tema de joias mágicas e, ao fazê-lo, tenta tornar claro que os objetos de culto e de uso mágico, apesar de não serem facilmente apreendidos por observadores leigos, entre eles o cronista Thomas Ewbank (1976), existiram em grande quantidade na Bahia. Os exemplos dessas joias também estão presentes nos inventários mineiros do século XVIII, como o coral, que poderia ser usado à maneira dos africanos da Costa da Mina, ou seja, em contas,

ou em ramas, à moda dos amuletos europeus no período da Renascença ou, simplesmente, como elemento decorativo, apenas elevando seu valor estético. Outros exemplos dessas joias em coral foram as figas ou, como já citados, os braceletes e os fios de contas.

A historiadora Leila Mezan Algranti abordou a história da vida privada no Brasil em texto sobre o cotidiano familiar. Algranti (1997, p. 54-96) ocupou-se basicamente em relatar minuciosamente a moradia, os costumes, as formas de sociabilidade internas e externas aos domicílios e citar o uso de ornamentos corporais. Nada profundo, mas destaca as formas de adaptação dos valores e costumes do reino à realidade da colônia, refletindo assim na formação da sociedade brasileira. Apesar de não ser o foco central do seu texto, Algranti toca na possibilidade de os ourives, portugueses ou brasileiros, terem clientes específicos para as joias com apelo mágico. Em Sabará, por exemplo, as joias-amuletos que foram consumidas em larga escala muito provavelmente foram confeccionadas por conhecedores de crenças africanas e afro-brasileiras, pois os ourives tinham aprendizes escravos e forros oriundos do continente e/ou nascidos na América Portuguesa.

Já Maria Lúcia Brancante (1999) apontou que não é só para a Bahia que existem fartos registros do ofício dos ourives. Em 1999, publicou o livro *Os ourives na história de São Paulo*. Brancante disponibilizou dados de sua pesquisa em livro ricamente ilustrado, abordando desde as minas de prata em São Vicente e as pesquisas de 1617 e 1618, passando pela descoberta do ouro nas Minas Gerais e pelas casas de fundição, culminando com uma lista dos principais ourives de São Paulo entre os séculos XVI e XIX.

Em 2002, Eliana Gola apresentou sua dissertação na Universidade de São Paulo, que foi publicada em 2008, percorrendo, entre outros assuntos, sobre o significado da joia como adorno corporal ou amuleto, em uma trajetória que envolve países e culturas diferentes, desde o Egito antigo ao *design* de joias contemporâneas. Em 2005, foi defendida na Universidade Federal da Bahia uma dissertação que abordou, pela análise semiótica e histórica, o processo particular de produção de sentido das pencas de balangandãs dentro do contexto sociocultural da Salvador setecentista e oitocentista. Simone Trindade Vicente da Silva desenvolveu seu trabalho a partir de 27 pencas de balangandãs em prata, pertencentes à coleção do Museu Carlos Costa Pinto. A autora desmembrou as pencas de balangandãs e analisou profundamente a

composição dos objetos que as formavam, revelando a existência de diversos elementos mágicos, como amuletos e talismãs, que remetem a várias tradições religiosas.

Silva (2005, p. 181) embasou-se na semiótica peirciana para concluir que:

As pencas de balangandãs funcionaram como elementos de construção de identidade de um grupo social num determinado contexto, onde a demarcação de espaços sociais era feita e imposta na codificação visual. Não foram encontradas evidências do uso de pencas de balangandãs relacionadas aos cultos afro-brasileiros.

A museóloga e historiadora Solange Godoy escreveu, em 2006, o livro intitulado *Círculo de contas: joias de crioulas baianas*. Trata-se do resultado de suas pesquisas sobre a origem das joias, por ela chamadas de “crioulas”, que chegaram até o recôncavo baiano.

Desde o início do livro, a autora deixa claro que “joias de crioulas” são as joias usadas pelas mulheres de pele escura e que utilizam o ouro como material, além da forma de correntões e pulseiras. Ela trata estas joias como objetos simbólicos, que demonstram “riqueza, dote e até mesmo poder” (GODOY, 2006, p. 27), ou seja, chama de joia todo objeto que, além de ornamentar e demonstrar algo sobre o usuário, é feito com material nobre – ouro principalmente –, com técnicas próprias de fundição, modelagem e filigrana, além de ter uma forma refinada, já que passa pelas etapas de polimento, cravação e tudo mais que possa agregar valor ao objeto.

A autora ainda promoveu análises comparativas entre os aspectos semelhantes da ourivesaria africana, brasileira e portuguesa. Para a primeira comparação, ela apresenta os ornamentos do grupo Akan da África Ocidental, próximo à Costa da Guiné, e as joias das crioulas baianas de Salvador. Para a segunda comparação, a autora aproximou as joias de contas baianas às joias populares do noroeste de Portugal.

Com base no acervo do Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador, a autora destaca o intercâmbio e as influências mantidas entre Portugal e suas colônias, contando, entre outras, a história da região hoje conhecida como “Golfo da Guiné”. Foi a região que inicialmente forneceu aos portugueses não só escravos, mas também ouro e marfim. Entretanto, o tráfico negreiro foi o maior negócio português até o final do século XVIII.

Naquela região africana, a dinâmica mercantilista gerou uma rede de comércio que a autora explora muito bem, usando como elo a joalheria e seus adornos. Godoy destacou os Akans como sendo conhecedores da técnica de mineração de ouro de aluvião, além de hábeis comerciantes que receberam os portugueses no século XVI, sendo, de imediato, escravizados e comercializados por estes, que também tiveram como fornecedores de ouro os Fetu e os Mandingas. Além disso, a autora destaca que os viajantes europeus presenciavam, no final do século XVI, as mesclas sociais.

Solange Godoy fecha o círculo de contas com as joias usadas no noroeste de Portugal. Esta viagem das contas se iniciou na época dos etruscos. Depois, alterando o material – do ouro para o vidro – as contas começaram a ser produzidas no Egito. Essas contas de vidro passaram a ser produzidas em Veneza e comercializadas muito antes do século XV, com a África Ocidental. De lá, chegaram ao Brasil, tendo como mercado as crioulas baianas dos séculos XVII, XVIII e XIX, que as utilizavam seguindo tradições ancestrais, sem deixarem de lado a religiosidade e a simbologia das peças.

A gemóloga e proprietária de escola de joalheria Mariana Magtaz, após uma década de estudos do universo da joalheria, também produziu um livro, tendo como assunto principal, as joias (MAGTAZ, 2008). A trajetória das peças está descrita no trabalho, desde o início da história da joalheria no Brasil, a partir da descoberta das Minas Gerais. Não se aprofundou em conceitos da história da cultura, nem sobre as técnicas mais utilizadas no Brasil, destinando poucas páginas para o ofício de ourives em terras mineiras.

O trabalho de Magtaz torna-se relevante ao contribuir para o estudo da joalheria, uma vez que seu livro contém subsídios para o estudo da atuação dos ourives no Brasil, principalmente quando lista a presença de artífices no Rio de Janeiro, em função da chegada da Família Real no século XIX. Magtaz concluiu que houve uma maior liberdade para o ofício graças ao “grande número de ourives e lapidários que acompanhou a vinda da corte portuguesa para o Brasil” e continua sua explicação ao destacar que, “por esse motivo, as medidas repressivas tomadas em relação aos ourives locais foram eliminadas abrindo caminho ao desenvolvimento da confecção e do comércio de joias no Brasil” (MAGTAZ, 2008, p. 100).

Erlaine Januário (2009) é outra estudiosa da joalheria que examinou, nos inventários e testamentos de Vila Rica, a relação estabelecida entre o uso e a aquisição dos pequenos objetos feitos de ouro, prata e pedras preciosas e os seus possuidores, explorando o viés da cultura material. Em seu texto, Januário afirmou que as joias também estavam entre os bens mais cobiçados por homens e mulheres de Vila Rica. A autora conseguiu apurar, em alguns casos, que os avaliadores costumavam descrever cuidadosa e caprichosamente as joias que receberam pedras de maior valor, como os diamantes, topázios e esmeraldas, ilustrando assim o apego dos habitantes de Vila Rica no século XVIII pelos adornos corporais.

Jóias de crioulas foi o livro que Laura Cunha e Thomas Milz lançaram em 2011, no qual deixaram claro, desde o início, que se ativeram às crioulas possuidoras de ornamentos, considerando como crioulas todas as mulheres de cor, nascidas ou não no Brasil. A artista plástica se juntou a um fotógrafo alemão para pesquisar, nos acervos de museus e em coleções particulares do Brasil, referências sobre joalheria e ourivesaria, certamente embasados pelos estudos da joalheria baiana.

Como se pode perceber, o rol de estudiosos da joalheria colonial brasileira é muito pequeno. Além disso, apenas Alves, Brancante e Januário trabalharam com documentação cartorária, assim como de Ordens Régias, lista de votantes e outros documentos avulsos, como cartas.

Há outros pesquisadores que, indiretamente, trataram do ornamento corporal masculino e feminino em suas investigações, como Ana Beatriz Simon Factum (2005), que aborda a joalheria baiana dos séculos XVIII e XIX como sendo a base do *design* de joias brasileiras contemporâneas. Para tanto, ela expõe que a relação complexa entre o senhor e o escravo foi também materializada nos símbolos, signos e no desenho das peças de ornamento. Além disso, propõe uma reflexão da participação negra no processo de formação da cultura material brasileira e considera as joias baianas como uma forma de resistência. Já Irina Santos (2004) apontou para a diversidade de formas com que as joias foram concebidas, bem como para a variedade de representações: ora representam *status* social, econômico e cultural, ora amuleto, ora apenas um objeto de decoração.

Com o estudo sobre a mulher forra e sua inserção na sociedade mineira de Vila Rica, a partir da segunda metade do século XVIII, Claudia Mol (2002) abordou, de forma indireta, o uso das joias pelas mulheres, com ênfase no uso dos amuletos, escapando em seu trabalho

a transversalidade à qual a joia está sujeita. Resende mostra, em sua pesquisa, o estado da arte da joalheria em Belo Horizonte, aprofundando-se pouco na história da ourivesaria e limitando-se apenas ao relato de técnicas empregadas nos dias de hoje (RESENDE, 2010).

Dos pesquisadores que se preocuparam com o estudo da joalheria, mas apresentaram um estudo focado no campo do *design* e da semiótica, destacamos Teixeira (2002). Sua dissertação, resultado de ampla pesquisa, desvela o cenário da joalheria em Minas Gerais, sem abrir mão tanto de uma análise semiótica das peças, quanto de suas dimensões histórica, cultural e simbólica, cujo ponto alto são os quadros que demonstram a variedade e a vitalidade dos materiais utilizados por ourives desde a antiguidade ao século XX, além de atentar para as tendências da joalheria moderna, como o retorno às origens da joalheira mineira. Teixeira aborda os fatores culturais que determinam a criação e o uso das joias, levando em consideração a dimensão cultural, a dimensão simbólica, a forma e a função dos diversos objetos usados para o adorno corporal.

Como se percebeu, os estudos de joalheria e ourivesaria para Minas Gerais são raros. Mais ainda são os que escreveram sobre os adornos corporais nas Minas Setecentistas. Para entender um pouco mais sobre a joalheria colonial em regiões de Minas Gerais, precisamos entender o trânsito de pessoas e saberes que fizeram desta região, um centro produtor de ouro e pedras preciosas.

Capítulo 3

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação



3.1. Reconhecer os ornamentos

Na documentação cartorária, os ornamentos corporais são listados como ouro lavrado ou prata lavrada. Cravejados ou não, os objetos de ouro foram comercializados, doados, emprestados, empenhados e muitos deles se perderam no tempo e no espaço. Na Comarca do Rio das Velhas percebeu-se, desde a formação da sociedade, que as joias poderiam ter outros usos, que não 'o atavio. Sendo assim, algumas peças foram dadas em garantia para empréstimos. Muito do uso cotidiano de joias, foi mapeado pelo jesuíta Antonil.

Na terceira parte do célebre “Cultura e Opulência no Brasil: por suas Drogas e Minas”, João Antônio Andreoni, conhecido por André João Antonil, expõe o cotidiano das Minas Gerais (ANTONIL, 1982). Depois de descrever os caminhos que levavam ao ouro mineiro, Antonil dedica atenção às técnicas empregadas para retirar e lavar o metal precioso. São relatos fulcrais para entender a dinâmica e o trânsito cultural e mesclas de técnicas ocorridas nas Minas Gerais do século XVIII. Interessa-nos, porém, para este estudo da joalheria, o que ele escreve sobre a cobiça que despertava o metal precioso, sobretudo no capítulo XVII, intitulado “Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça depois do descobrimento do ouro nas minas”.

Além de demonstrar preocupação em relação aos descaminhos do metal, Antonil alerta o rei sobre a riqueza que o ouro traz ao reino. Demonstra, também, preocupação com relação à febre do ouro, tratando-o, às vezes, por vil metal, útil ao comércio, digno para o uso em decorações religiosas, porém, apontando para o mal que podia fazer à sociedade:

Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos? (ANTONIL, 1982, p. 93)

Esse relato sobre o cotidiano das Minas Gerais faz menção aos adornos corporais, embora de forma bastante tímida, mas bem esclarecedora. Percebe-se que os adornos estavam em posse das negras e mestiças, mais do que nas senhoras que poderiam ser as possuidoras de escravos, como podemos observar no trecho que segue.

E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brinco, dos quais se veem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim com está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro. (ANTONIL, 1992, p. 93)

A preocupação com os descaminhos do ouro era visível em outras frentes, inclusive em relação aos ofícios mecânicos que já se encontravam devidamente instalados nas cidades e vilas da colônia, como no caso dos ferreiros e, depois, o dos ourives, desde as descobertas de prata, em 1597, por Affonso Sardinha. No caso dos pretos, crioulos e mestiços, era comum o uso de ornamentos corporais, mesmo que uma parcela da sociedade não visse como “natural” o uso que eles faziam do ouro, da prata e das pedrarias. Poderiam julgar que o uso de ornamentos, além de estar ligado ao descaminho do ouro, beirava ao exagero.

Mesmo com o valor monetário sendo o principal foco dos inventários, as joias podem nos dar pistas da dinâmica social e econômica vivida pelos residentes na região onde os documentos foram produzidos, ou seja, em Sabará. Nesses documentos, encontramos uma grande quantidade de ornamentos corporais que foram legados aos herdeiros, indicando grande fluxo econômico naquela sociedade marcada pela forte circulação de pessoas de variada origem.

Encontram-se a seguir, dois exemplos, a título de comparação. A vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, já era frequentada pelos comerciantes do reino, com seus produtos de fora da Colônia, passou a ser sede do vice-reino do Brasil e a capital da Colônia em 1763. Apenas dois anos após a transferência, as notícias sobre a nova Capital eram animadoras. O governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza, fez

um relato empolgante ao Conde de Oeiras, futuro Marques de Pombal, sobre a primeira impressão sobre o Rio de Janeiro. afirmou ele que

[...] pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas. (Arquivo Histórico Ultramarino, 26 junho de 1765)

Com tantos predicados, essa cidade foi local perfeito para que as pessoas pudessem se mostrar portando joias, amuletos e outros ornamentos corporais. Transformou-se, rapidamente, em um grande centro produtor de ourivesaria.

Em São Paulo, mesmo sendo um núcleo de povoamento considerado pobre e apagado durante os séculos XVI e XVII, podia-se notar a presença constante das joias e pratarias que é confirmada pela leitura dos documentos. Como Maria Helena Brancante afirma, “por mais modestas que sejam, há quase sempre ao menos uma colher e uma tãboladeira de prata, uma corrente ou um par de arrecadas de ouro” (BRANCANTE, 1999, p. 84). É o que reforça Alcântara Machado, pioneiro nos estudos que envolvem testamentos, aponta para um lado oposto. Apesar de afirmar que “sem joias não há dama que se considere vestida” (MACHADO, 1980, p. 101) mostra uma vila em que não houve fortunas coloniais até a metade do século XVII, afirmando que “é nas vizinhanças do século XVIII que a riqueza se manifesta” (MACHADO, 1980, p. 43). Machado não afirma a presença dos ornamentos corporais ou peças de ourivesaria em São Paulo. O autor demonstra perplexidade pelo pequeno valor que as peças atingem, como também lhe causa estranheza o fato de haver um desequilíbrio nos valores dos inventários, como exemplo cita uma casa de moradia avaliada em 70\$000 (setenta mil réis), enquanto as cortinas da cama de leito foram avaliadas em 32\$000 (trinta e dois mil réis) (MACHADO, 1980, p. 45).

Os moradores dos núcleos mineradores, as vilas e os arraiais da Capitania de Minas Gerais também não ficaram alheios ao uso de ornamentos corporais. Como já mencionado, os adornos corporais foram listados nos inventários *post-mortem*, na categoria de “ouro lavrado”, o que muitas vezes significa que era o ouro que não estava sujeito à

pesagem, titulação e marcação, sendo isento da arrecadação dos 20% - o quinto do ouro. Eram broches, anéis, cordões de ouro, brincos, laços, memórias, breves, braceletes, enfim, ornamentos e objetos utilizados na vida cotidiana que foram listados de uma maneira a nos dar uma noção bem próxima da realidade, como:

Um par de brincos de aljofres com uma lasquinha de diamante cada hum que tem de peso suas oitavas de ouro que foi visto e avaliado pelos ditos avaliadores a mil e quatrocentos réis a oitava são dois mil e oitocentos réis – 2\$800. (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (05) 52 (26). Fernando Pereira Guimarães, 1761.)

Nos inventários existem categorias específicas em que os bens eram inseridos; no caso dos escravos e dos animais, por exemplo, eram listados em “bens semoventes”. As joias, por serem frutos de ofício mecânico, portanto trabalhadas por mãos humanas, eram listadas na categoria de “ouro lavrado” ou “prata lavrada”. De todos os inventários lidos na Casa Borba Gato, apenas em dois documentos apareceram o termo “joya”. O primeiro no inventário de Dona Jacinta Helena Barbosa, que faleceu em 12 de julho de 1728. No documento analisado, aparece na parte destinada às peças de ouro, a seguinte descrição: “uma joya de ouro de filigrana com suas pedras falsas de peso de 25 oitavas” (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (01) 03. D. Jacinta Helena Barbosa, 1728). A segunda manifestação desse termo ocorreu no inventário da preta forra Catherina de Barros, descrita como “hua joya de (ilegível) com estojo de carmesin” (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (01) 05. Catherina de Barros, 1731).

No inventário de Dona Jacinta Barbosa, os louvados avaliaram todas as peças de ouro lavrado e prata lavrada em trezentas e noventa e três oitavas de ouro, o que equivalia a 471\$600 (quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos réis), considerando cada oitava de ouro a 1\$200 (um mil e duzentos réis), que era o valor praticado na época. O inventariante foi seu próprio marido, o Capitão Manoel Pinto Cerqueira, e ambos viviam no Arraial de Raposos, Termo da Vila de Sabará. Nota-se que ela investiu bem em joalheira, mas não foi a única pessoa a fazer isso, já que essa prática foi muito comum.

Com relação à preta forra Catherina de Barros, ela era casada com o crioulo forro Domingos da Silva e ao morrer deixou dois filhos, Ignácio crioulinho e Graça de Barros. Sua residência era na rua do Largo da Igreja, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ela também investiu muito em adornos corporais, além do vestuário. No inventário foram

listadas duas saias de seda preta. Catherina possuía várias peças de ouro lavrado e entre elas um coração de filigrana, brincos esmaltados, uma unha de onça encastoadada em ouro, entre outras.

Muitas peças com valor venal elevado ou com uma quantidade maior de material agregado foram listadas nos inventários setecentistas da Vila de Sabará. Vários cordões que aparecem nos documentos analisados, como os de Manoel Pinheiro Serqueira, que pesavam cento e nove oitavas e que, transformados em dinheiro representariam a quantia, na época, de 130\$800 (cento e trinta mil e oitocentos réis), também não passavam de ouro lavrado. Manoel Serqueira era casado e morava no Rio das Velhas de Baixo, Termo da Vila de Sabará. Possuía também uma série de ornamentos femininos, como um pente de ouro, laço de ouro de filigrana, broche de filigrana, brincos de alfinetes. Pode ser que esses objetos fossem utilizados também como investimento (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (02) 22. Manoel Pinheiro Serqueira, 1730).

Porém, a peça com o maior valor venal pertenceu ao Coronel Antonio de Sá Barbosa, minerador, casado com D. Izabel de Azeredo Coutinho, morador de Roça Grande, Termo da Vila de Sabará. A peça em questão era um

crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão de ouro que tem de pezo noventa e seis oitavas e meia e oitenta réis de ouro, avaliada cada oitava em mil e quatrocentos réis que emporta cento e trinta e cinco mil duzentos e setenta e cinco réis - 135\$275. (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03) 36 Coronel Antonio de Sá, 1734)

O segundo maior valor encontrado entre os inventários lidos pertenceu a Manoel Dias Borges, falecido em 1734. Ele era casado com Maria Pereira da Silva e tinha domicílio no “*sítio ao pé da Serra da Paraopeba ou de Contaje*”. Na categoria de ouro lavrado foi listado um conjunto constituído por um “*cordão de ouro com crucifixo*” (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 09. Manoel Dias Borges, 1734), com valor de 122\$500 (cento e vinte e dois mil e quinhentos réis).

Algumas questões surgem quando da leitura dos inventários: para aquela sociedade, os objetos possuíam apenas o valor venal? Como eram classificados e definidos? Seriam somente classificados como “ouro lavrado” em oposição ao “ouro em pó”, ou “ouro quintado” ou mesmo “ouro em barra”?

QUADRO 6

Peças de maior valor venal encontradas nos inventários.

Inventariado	Peça	Valor em réis
Antonio de Sá Barbosa	Crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão de ouro	135\$275
Manoel Dias Borges	Cordão de ouro com crucifixo	122\$500
Jacinta Barbosa	Cordão grosso de ouro	74\$400
Maria Correa Neves	Crucifixo de ouro	63\$000
Antonio da Rocha	Cordão de ouro com uma cruz	59\$800
Dona Jacinta Helena Barbosa	Cordão de ouro fino	42\$000
Alferes Domingos Dias	Argola de ouro	41\$600
Coronel Antonio de Sá Barbosa	Par de fivelas de ouro de sapato	33\$600
Dona Jacinta Helena Barbosa	Joya de ouro com filigranas e pedras falsas	32\$500
Antônio de Sá Barbosa	Crucifixo de ouro com seu cordão	32\$200

Fonte: Inventários *post-mortem* - IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1735-1815.

Para os louvados, certamente as peças listadas eram pesadas e eles aplicavam o valor das oitavas, que variava entre 1\$200 (um mil e duzentos réis) a 1\$400 (um mil e quatrocentos réis). Eles tinham o cuidado de informar o valor de referência. Por outro lado, é bem possível que soubessem do valor intrínseco das peças, mas não tinham como valorar os objetos de outra forma que não fosse a determinada pelos códigos vigentes.

Já a sociedade mineira podia ter outra visão das joias, que não somente o valor venal. Em muitos inventários, muitas medalhas, cruzes e crucifixos foram listados, juntamente com figas e outros amuletos, demonstrando assim certa devoção. Claro que não podemos excluir o fato de que muitas dessas peças foram feitas com metais nobres e gemas cravejadas. Uma coisa não exclui a outra e a joia pode ter sido vista de ambas maneiras, ou seja, devocional, ao mesmo tempo que eram usadas como demonstração de riqueza, com possibilidade de serem penhoradas, caso necessário.

É bem possível que estejamos projetando sobre o passado uma definição mais ligada ao olhar contemporâneo que ao das mulheres ou dos homens que portavam esses objetos. Afinal, é um tipo de fonte histórica com uma aura marcadamente simbólica, como, por exemplo, as que possuíam a crioula Bárbara Gomes de Abreu, cujo perfil era de “exemplo inequívoco de autonomia, mobilidade e poder femininos” (PAIVA, 2006, p. 222).

As joias eram classificadas somente como ouro lavrado, ou prata lavrada, o que pode direcionar nosso olhar de maneira correta, já que “joia” era uma peça de adorno corporal definida. Mas esse direcionamento pode causar certa confusão de conceitos, pois se acostumou, desde o século XVI, com Duarte Barbosa, a definir todo ornamento corporal como joia.

3.2. Materiais

Vários foram os materiais escolhidos para a fabricação de joias e cada um deles poderia ter um significado diferente, ou ser apropriado de maneiras diversas. Em Minas Gerais, por exemplo, a abundância de determinadas gemas coradas encontradas na região não se reverteu em costume de se usar adornos corporais feitos com elas. Duas possibilidades de explicação dessa situação podem ser arroladas. A primeira é que, embora possuísse um valor econômico elevado, o gosto pelo ornamento com pedras não vingou na região das Minas. Outra possibilidade é que não havia artífices especializados o suficiente para lapidar ou cravar as pedras. Fabricar uma joia requeria habilidade desenvolvida nas oficinas durante anos e consistia basicamente na técnica registrada abaixo:

A joia era desenhada sobre uma chapa de ouro que, por meio de serra se abria em todo o seu contorno com o auxílio de lima, fazendo-lhe embutidos à mão com toques de ligeira cinzelagem habilmente conduzida. (ROSAS JUNIOR, 1942, p. 12)

Várias peças criadas com essa habilidade recebiam gemas, pois as pedras finas eram acessórios obrigatórios na joalheria, mas não eram o elemento principal, apesar de tornar a joia, aos olhos dos usuários e dos admiradores, mais interessante. No relato de Rosas Junior, uma informação sobre a cravação me pareceu importante, pois esclarece bem o ofício e o resultado que cada oficial queria alcançar.

Separadamente eram feitas as peças que haviam de se sobrepor à joia, enriquecendo-as com diamantes, esmeraldas ou topázios cravados; era o próprio cravador dos diamantes que com seu buril dava cortes, imprimindo-lhes, finalmente, maior relevo. (ROSAS JUNIOR, 1942, p. 12)

As pedras cravejadas na peça tinham um caráter estético. Apenas servia para embelezar a joia e em muitos casos, várias pedras, de várias cores foram agregadas ao ouro ou à prata. Serviam às exigências fastuosas do século XVIII, quando ourives, trabalhando em conjunto com lapidários, fabricavam joias cobertas da mais variada gama cromática que as pedras proporcionavam. Criaram, como já mencionado, novos talhes, extraindo da pedra um brilho e uma elegância de linhas ainda não presenciada pela sociedade setecentista. As peças criadas pelos artífices nos grandes centros produtores de Portugal, como Lisboa, Porto, Braga, Guimarães e Gondomar, podiam ser as mesmas usadas pelos frequentadores de bailes, reuniões e recepções.

A título de comparação, Sousa (2005) produziu estudos sobre as relações comerciais de joias entre Portugal e Brasil no século XVIII, divulgou uma relação de joias que foram embarcadas do Porto para o Brasil em um carregamento feito pelo ourives João Alves Vieira, em 1768. Nesse carregamento continha, além de outras peças, vinte e um laços de ouro cravejados de diamantes, quatro pares de brincos de diamantes, cinco adereços de laços e brincos, todos de diamantes em prata. Além disso, continha trinta e oito anéis de ouro com pedras “encarnadas”, dentre elas, diamante, topázio, rubis e pedras, roxas, verdes e vermelhas.

Esses carregamentos chegaram ao porto do Rio de Janeiro e boa parte das joias alcançou, provavelmente, as terras mineiras. Os carregamentos eram destinados a procuradores, em função de um termo datado de 15 de outubro de 1783, permitindo a qualquer ourives da cidade do Porto remeter peças de ouro ou pedrarias para o Brasil (SOUSA, 2005, p. 45).

Em Minas Gerais, os ornamentos corporais com pedras e técnicas mais refinadas, como a filigrana, podem ter sido usados em festas, festins, feiras, romarias. Os inventários estão recheados de exemplos de joias que foram usadas, como já mencionado anteriormente. Aí, esses objetos eram encontrados sem tanta opulência, demonstrando mais uma vez que o uso de joias não estava restrito a poucos.

No caso mineiro, entre as peças cravejadas com pedras finas ou falsas, encontraram-se na documentação pesquisada cruzeiros, brincos,

alguns colares e uma grande variedade de pingentes. As pedras também estavam presentes nas Ordens Militares, como nos hábitos da Ordem de Cristo ou em peças de uso exclusivo da Igreja, como os anéis de bispos e cardeais, além dos objetos de uso cotidiano, como taças e paramentos. Em todos esses casos estavam presentes as pedras falsas, pedras de cores, pedras de bico, entre outras, novamente salientando que, em Minas Gerais, a quantidade de joias em que as pedras estão incrustadas é numericamente inferior somente às peças de ouro ou prata.

As pedras encontradas nas diversas joias arroladas em inventários e testamentos setecentistas demonstram pouca variedade, mas mesmo assim, pode-se contar alguns tipos como diamante, topázio e granada. Outras pedras que não constam nos documentos, mas estão presentes nos museus são as conhecidas como minas novas, que muito provavelmente eram ou quartzo hialino (vulgarmente denominado cristal de rocha), podendo também ser topázio incolor (também denominado pingo d'água, no Brasil), goshenite (berilo incolor) ou água-marinha muito clara (o tom azul deste berilo é quase imperceptível). O crisoberyl também era uma pedra muito utilizada, apesar de não constar nos inventários, juntamente com a crisólita e a ágata.

QUADRO 7

Descrição das pedras na documentação, quantidade e as peças em que foram cravadas

Cor da pedra	Quantidade	Onde estão cravadas
Vermelha	6	Anéis e Brincos
Azul	8	Salva, brinco, anel e "pedras azuis encarnadas".
Verde	4	Brinco e coração.
Falsas	16	Laços, broches, anéis, brincos, memórias, joias
Topázio	5	Anéis, brincos e laços
Cristal	6	Brincos
Diamante	28	Sem dúvida a pedra mais escolhida pela sociedade. Cravadas nas mais variadas peças, principalmente nos brincos, broches, laços entre outras.

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação

Cor da pedra	Quantidade	Onde estão cravadas
Robim Ordinário	2	Sanei
Granada	1	"um molho de granadas"
Crisólita	7	Em anéis, brincos, cruzes e laços.
"suas pedras"	10	Brincos, anéis e broches. Geralmente cravadas em prata.

Fonte: Inventários *post-mortem* - IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Essas pedras podem ter sido conhecidas por outros nomes ou nomeadas pelas cores que elas possuem. Sendo assim, é muito comum ver na documentação uma pedra verde (que poderia ser o berilo, crisoberilo ou crisólita); pedra azul (água-marinha, turmalina, azurita ou safira); vermelha (granada, rubi, ou jaspe) entre outras.

Além das mais variadas gemas coradas, encontramos na documentação as nomenclaturas regionais, como "barriga de aranha", "olhos de mosquito" e "olho de víbora". Outra maneira de indicar o uso de pedras em ornamentos era o de se referir a elas apenas com termos como "com suas pedras encarnadas", como se para determinada peça somente um tipo de pedra poderia ser usada. Também foi aferido na documentação o termo "com suas pedras", normalmente tratando de brincos de prata.

Em se tratando de pedras, as joias podiam ser oferecidas, compradas ou doadas respeitando uma vertente de sentimento. Poderiam ter sido oferecidas em momentos especiais, sendo assim elas comportariam uma profunda carga afetiva. Percebe-se essa rotina pela leitura dos documentos setecentistas produzidos na Comarca do Rio das Velhas. Os exemplos estão nos inventários, quando há partilha das joias, nota-se que determinadas peças vão para entes queridos ou cuidadosamente escolhidos, como senhores que deixam joias para suas escravas, mulheres que destinam joias para adornar santas nos altares ou mesmo os pais que deixam a seus filhos, legítimos ou não, parte do quinhão em joias. Encontram-se, também, nos inventários, várias peças como caixilhos e anéis de retrato que, pela tipologia, são peças que servem para inserir imagens ou pertences de entes queridos.

Outras joias e outros materiais fizeram os habitantes da Comarca lembrarem-se de algo ou de alguém, como as gemas orgânicas. Um grande número dessas gemas fez parte do gosto setecentista mineiro. Corais, pérolas e, mais raramente, o âmbar adornaram corpos ou eram

objetos de decoração em algumas casas, conforme a documentação manuseada. Os objetos que possuíam tais gemas eram vistos como objetos possuidores de propriedades mágicas ou transmitiam a condição sócio-cultural do usuário, não só pela dificuldade de trabalhar tais materiais, mas pelo fato de serem importados e tidos como exóticos.

O uso do coral na ourivesaria não indica, imediatamente, se tratar de uma preservação cultural. Vai depender do contexto histórico e social em que houve a circulação desse material. Dependerá também de quem está usando essa gema orgânica. Muito utilizado pelos africanos, o coral, em muitos casos tinha qualidades de um amuleto. Quando vermelho e traz associações com sangue, sugerindo laços de família (linhagem), laços políticos (fidelidade ao rei), e do derramamento de sangue de sacrifício em cerimônias anuais dedicadas aos antepassados. Com poderes profiláticos e simbologia de longevidade, o coral foi utilizado em várias peças da ourivesaria e joalheria, sendo comum em Minas Gerais o uso em braceletes e nos fios para pendurar no pescoço.

O coral, “sangue petrificado de la Gorgona” (ARBETETA, 1998, p. 91), como foi conhecido durante milênios, era considerado material com propriedades mágicas. Além do valor estético e econômico que o coral podia alcançar, era impregnado de carga mágica e profilática. Foi largamente utilizado na produção de amuletos e na joalheria universal e por ser uma gema, estava presente em brincos, colares e pulseiras, em forma de ramos ou engranzados em ouro e prata.

Bluteau deixa claro que existem várias cores dessa gema orgânica, mas que:

[...] o melhor e o mais estimado por todos he o vermelho, quando tem côr viva, he bem compacto, liso, solido; bem ramificado, facil de quebrar e com poucas covas. Dizem que trazido por homem he mais vermelho do que trazido por fêmea. (BLUTEAU, 1712, p. 542)

Vários homens e mulheres usaram jóias com esse material e não apenas os mais ricos, como o Capitão-mor Manuel L. Machado (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 22. Manoel Lopes Machado, 1743), homem casado e dono de um patrimônio avaliado em 16:942\$051 (dezesseis contos, novecentos e quarenta e dois mil e cinquenta e um réis). O capitão morreu em janeiro de 1743 no “*arraial de João de Souza Neto*”, Termo da Vila de Sabará. Os bens que compunham seu inventário ostentavam o que a riqueza acumulada nas Minas podia proporcionar. Entre os móveis e

objetos da morada de casas que possuía no arraial, constavam uma mesa, cadeiras e tamboretos de pau branco, um leito de jacarandá, um espelho inglês e um sinete de marfim. Ornavam o interior da residência panos de mesa da Índia, tapetes bordados, lençóis de linho, redes de algodão branco e tapetinhos de matizado turquesa.

A indumentária mencionada no inventário do capitão Manuel Machado era variada: camisas em bretanha e cambraia fina com renda da França, meias de seda, casacas de seda, plumas, saias grandes com ramos azuis, saia de seda com barra em baeta e anáguas brancas de bretanha. Ainda estavam relacionados junto às roupas oitenta pedaços de linho, quatro côvados de seda, dois maços de linha de seda branca e um par de botas de bezerro. As joias arroladas demonstravam a condição monetária do capitão. Existiam cordões e botões em ouro, um par de brincos cravados de diamantes azuis e verdes, dois pares de fivelas de ouro, um fio de corais machos com 77 contas e detalhes em ouro, uma cruz de diamantes com 77 lascas de diamantes rosa e um colar com aljófares e pérolas grandes e pequenas.

Outros usuários de coral não possuíam a fortuna do capitão, porém investiram no material. Grácia Rodrigues Bonfim, por exemplo, deixou três itens em prata e todos possuíam coral. Foram assim discriminados os itens em prata lavrada:

Dois fios de corais miudinhos engaranzados em prata avaliados a 1\$800. Hum fio de corais grandes engaranzados em prata avaliados a \$600. Hum fio de corais de prata avaliados a \$300." (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 71. Grácia Rodrigues Bonfim, 1775)

Grácia Bonfim era uma negra forra e solteira, que teve seus bens listados e avaliados pelos louvados. Da extensa quantidade de corais arrolados na documentação, ela possuía os corais de menor valor encontrado, o que demonstra que não era necessária uma grande quantidade de dinheiro para possuir tal material. Para Grácia Rodrigues Bonfim a relevância em possuir ornamentos em coral pode passar pela tradição que os associavam ao poder de proteção e não ao valor venal da peça.

Situação diferente viveu outra forra em Sabará, que possuía uma grande quantidade de corais, com valores superiores aos do capitão e da forra Grácia. Trata-se da já citada Catherina de Barros, a forra que deixou a maior quantidade de corais em um só inventário (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 05. Catherina de Barros,

1731) e que pode ter investido em joias pelo sentimento, pela tradição e pela ostentação de riqueza e poder. Aliás, ela não apenas possuía grande quantidade de corais, mas várias outras joias, tais como botões de ouro a argolas, esgravador, brincos e uma série de joias atreladas ao culto católico, como as Verônicas de São Bento, feito da imagem de Nossa Senhora da Conceição, feito do Espírito Santo e uma Cruz com sua volta com cordão.

O coral já tinha seu uso difundido desde o século XIII, podendo ser flagrado em várias pinturas de artistas renascentistas italianos, por exemplo. Já era artigo comercializado entre o Oriente e o Ocidente, por ser uma mercadoria cara e bastante apreciada para feitura de objetos decorativos e amuletos, podendo fazer parte de acervos nos vários gabinetes europeus de curiosidades. Segundo Paiva (2006), no século XV, o uso dos corais foi muito difundido no continente africano e tinha os comerciantes portugueses como os grandes fornecedores desse material.

A difusão do coral em terras africanas era, em parte, obra dos franceses e italianos, já que

En el siglo XV, existía en Francia una empresa que monopolizaba la extracción del coral, privilegio que mantuvo hasta 1791, pero ya entonces los pescadores italianos y en sus manos sigue este negocio, sobre todo en el Mediterráneo, pues incluso los pescadores españoles, árabes y griegos, los venden a las casas mayoristas de Genova, Liorna y Torre del Greco. (CASABÓ, 2010, p. 115)

Boa parte do coral comercializado passava pelas mãos dos portugueses e esses comerciantes e navegadores podiam ser vistos em toda a grande área do Golfo de Guiné, ainda na primeira metade do século XV, trocando o ouro aí existente por outras mercadorias, dentre elas contas de vidro, âmbar, pérolas e grande quantidade de coral, o que pode justificar a entrada do coral e a difusão pelo gosto desse material entre os diversos escravos que vieram para o Brasil.

Como material utilizado na confecção de joias-amuletos, o coral era apreciado no reino do Benin e também nos reinos Ashanti ou Costa da Mina, no Daomé e Yorubá, que foram as regiões que mais abasteceram as minas de ouro, principalmente pelos escravos oriundos da região aurífera da Costa da Mina, em função da experiência em atividades mineratórias e em outras atividades ligadas a ela, como a ourivesaria, explicando mais uma vez a difusão do coral em terras mineiras. O coral mais utilizado para a joalheria era, segundo Bluteau, o coral vermelho. Ele escreve que “o melhor e mais estimado de todos he o vermelho, quando tem a

cor viva e he bem compacto, liso e sólido” (BLUTEAU, 1717, p. 452). Penso que essa cor de coral recebeu, nas Minas Gerais, a designação de “coral macho”, ou seja, de cor viva, sólida, nesse caso, o vermelho.

E as peças em coral não foram poucas. Mesmo não dispondo de números absolutos, pode-se afirmar que os corais eram bastante comuns nas Minas Setecentistas, o que se pode constatar com as frequentes referências ao material nos inventários e testamentos do período. Os tipos mais comuns foram os “corais pequenos engranzados em ouro”, as “voltas de coral”, os “braceletes de corais” e “fios de corais”. Algumas descrições são curiosas, como as listadas no testamento de Catherina Pereira Barboza. A liberta declarou ter “dois fios de corais da Costa da Mina” (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-TEST – Catherina Pereira Barboza. Códice 2, f. 103v – 107. Sabará, 12 fev. 1733). Segundo Paiva, esse “parece ter sido um tipo especial de coral que era trazido daquela região africana” (PAIVA, 2006, p. 233). Ele ainda relaciona outro testamento com o mesmo tipo de coral, também com uma moradora da Comarca do Rio das Velhas. Oito anos depois de Catherina Barboza, Izabel Pinheira, outra testadora liberta, declarou que sua antiga escrava devia-lhe quinze oitavas de ouro procedidas de um cabeção e uns corais da Costa da Mina. Um valor considerável, haja

QUADRO 8

Quantidade de coral, local onde foram aplicados e o nome do proprietário

Quantidade	Peça	Usuário	Observação
Quatro	Braceletes (um de coral macho e tres corais miúdos)	Catherina de Barros	Preta forra
Dois	Fios	Catherina de Barros	Preta forra
Um	Fio com 77 corais	Cap. Lopes Machado	Coral macho
Um	Fio	Clara Josefa	Casada, Branca
Uns	Corais engranzados em ouro	Maria Mansa	Parda, solteira
Dois	Fios de corais em prata	Grácia Rodrigues	Forra, solteira e demente

Quantidade	Peça	Usuário	Observação
Um	Fio de coral em ouro	Grácia Rodrigues	Forra
Cinco	Braceletes de coral	Catherina Soares Pereira	Branca, casada
Dois	Fios de corais em ouro	Tomas de Moura	Padre
Cinco	Braceletes de corais miúdos	Rita Coelho Carneira	Casada, branca
Dois	Braceletes de coral grande	Esperença Pereira do Lago	Casada, parda
Uma volta	Corais engranzados	Bárbara Gomes d Abreu e Lima	Crioula forra
Um	Coral grande com uma figa	Bárbara Gomes d Abreu e Lima	Crioula forra
Uns	Corais	Bárbara Gomes de Abreu e Lima	Crioula forra

Fonte: IBRAM - Museu do ouro/Casa Borba Gato. Inventários *post-mortem*. 1735-1815.

vista a media de valor das peças com essa material ser de 12\$000 (doze mil réis) ou oito oitavas e meia de ouro.

Apesar da maioria das peças em coral estarem nas mãos de pretas, crioulas e pardas, muitas mulheres brancas também investiram na aquisição de ornamentos com coral, conforme o quadro abaixo.

Apenas em um inventário masculino percebeu-se a presença de objetos em coral. Trata-se do inventário do Capitão Lopes Machado, que possuía “hum fio de corais macho com setenta e sete corais engranzados em ouro” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743).

Um testamento em Lisboa, redigido em 17 de outubro de 1780, por D. Helena Luísa de Noronha e Lima, filha de André Lopes de Oliveira, Provedor do Tabaco, e de D. Mariana de Noronha e Lima, dá-nos pistas do uso de corais apenas como objeto de decoração religiosa. Nesse testamento, D. Helena Luísa destina a Nossa Senhora da Penha de França uns corais melhores com uma verônica de esmalte pendente para com eles ornamentar esta imagem (SOUSA, 2011, p. 14).

A posse dos corais, para alguns habitantes, nada tinha a ver com a sua ancestralidade. Poderia se tratar, como mencionado acima, de objetos como matrizes estéticas somente, ou, como um investimento que se fazia na época, como pecúlio.

Há de se perceber, também que, as mulheres casadas foram as que mais possuíam objetos em coral. Somando todas as joias em coral aferidas durante a leitura e análise dos inventários, percebemos que 72% dessas peças estavam em posse das mulheres casadas. Com as solteiras encontravam-se 22% das peças e outros 6% estavam com mulheres que não declararam o estado civil.

Já os aljôfares aparecem em maior quantidade que o coral, mas mesmo assim faz um volume. Várias ocorrências para essa gema orgânica, quase todas nos brincos, apenas uma “*meada de aljôfres miúdos*” no inventário de Clara Josefa Lionarda, falecida em 1752 (IBRAM, Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (03) 35. Clara Josefa Lionarda, 1752). Uma grande quantidade dessa gema encontrava-se em poder do abastado Capitão Manoel Lopes Machado, falecido em Sabará, em 1743, que possuía, entre outras tantas peças, “uns cadeados de ouro grande com 33 aljôfres”. Também foi listado entre seus bens “uns cadeados esmaltados de preto e ouro e 34 aljôfres” (IBRAM, Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743.).

Uma nova revolução na joalheria portuguesa ocorreu com a entrada das gemas coradas provenientes de Minas Gerais, a partir do início do século XVIII. Mesmo com a consolidação do gosto pelo esmalte nas peças há pelo menos duzentos anos, a vasta gama cromática foi promovida pelas turmalinas, ametistas, topázios e quartzos, entre outras.

O uso dessas gemas foi chamado de “festa da cor na joalheria”, por Sousa, estudioso português da joalheria dos séculos XVIII e XIX, ligando-se à ideia de “alegria que as peças transmitem, numa conjugação cromática e dinamismo formal, continuamente interligadas ao traje” (SOUSA, 1999, p. 12). Essa expressão refere-se também ao momento em que as gemas mineiras invadiram as lojas e bancas dos ourives portugueses em Lisboa, Porto e Braga, desafiando-os a criarem peças diferenciadas, com novos talhes, o que nos exigiu um conhecimento dos acervos dos principais museus portugueses, como veremos adiante.

Algumas vilas e arraiais mineiros também testemunharam a entrada das pedras na joalheria, como o mostruário de uma loja em Vila, no início do século XIX, que além de várias peças em ouro e prata continha:

- Onze flores de ornar cabelos com suas pedras de cores – 2\$474 réis.
- Uma flor com duas ametistas, um topázio e olhos de mosquito em prata \$900.
- Três anéis, digo, dois anéis de pedras ametistas assentadas em ouro com folhas vermelhas e pedras roxas – 1\$200 réis.
- Um par de brincos de ouro lavrado pequenos com suas pedras de ametista roxa com folhas encarnadas – 1\$200 réis
- Dois pares de brincos em prata com pedra roxa pequenos – 1\$200 réis.
- Um par de brincos em prata com pedras brancas e folhas encarnadas pequenos - \$600 réis
- Dois botões para camisa de pedras de topázio mais pequenos com folhas um com vermelha, outra amarela assentados em ouro \$750 réis. (Arquivo do Pilar. Inventário. 1º ofício, Códice 37, Auto 453, ano 1808)

3.3. Usos das jóias

Muitas vezes, o homem projeta nos objetos de adorno as codificações sociais do seu contexto, refletindo vaidades e atitudes com as quais enfrenta os desafios de sua existência. Sob outra perspectiva, porém, o homem nem sempre utiliza adornos corporais para se destacar como indivíduo, reforçando uma posição social ou um modo de vida. Já foi citado, por exemplo, que alguns utilizaram as jóias como objetos de penhor. Assim, elas serviam de alívio financeiro e seu valor econômico era o que mais se fazia presente nesses momentos de dificuldade, já que a entrega das peças a penhoristas, hoje ou no passado, atestam as prerrogativas da joia enquanto perspectiva de liquidez, apta a satisfazer as necessidades econômicas do proprietário (SOUSA, 1995, p. 18).

Nem precisava ser uma joia que o proprietário usava regularmente. Podia ser alguma peça que possuísse um determinado valor venal, da qual o proprietário pudesse dispor em momentos de necessidade econômica. As jóias, nesse contexto, eram um conforto para seus proprietários, além de servirem como adorno corporal, amuleto ou peça religiosa. Elas serviram como pecúlio que propiciava sentimento de riqueza e alimentava a vaidade.

Nos inventários setecentistas há pistas sobre os diversos usos de jóias não só como adorno, mas também como investimento ou mesmo como um negócio. Recorremos, novamente, ao inventário de Mathias de Crasto Porto (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I

(02) 19. Mathias de Crasto Porto, 1742), que foi um rico negociante na Vila de Sabará, solteiro, falecido em 1742. Tudo indica que, além de atuar no comércio, ele concedia empréstimos a alguns moradores da vila que passavam por problemas financeiros ou precisavam de capital para investimentos.

Várias pessoas recorriam a essa prática, pedindo auxílio, penhorando algo de valor, fosse objeto próprio ou da família, como o caso de Simão Machado, que penhorou um cordão de ouro grosso, uma memória de braceira de filigrana e treze pares de botões de vários tamanhos. O capitão Crasto Porto não foi o único a emprestar dinheiro. A prática corriqueira foi estudada por Raphael Santos, que mostrou que boa parte das transações assentadas em escrituras públicas – cerca de 47,1% – foram realizadas a prazo, ou seja, se tratavam de operações de crédito.

Retornando ao inventário de Crasto Porto, temos como exemplo umas “*argolas de ouro com canotilho e sua pinha*”, normalmente usadas pelas mulheres e que foram empenhadas por José Ribeiro da Costa (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto, 1742). Todas as joias listadas no inventário do capitão Crato Porto eram penhoradas.

Outras joias de uso exclusivo de mulheres foram arroladas em outro inventário. Desta vez em posse de outro capitão, também português, de nome Manoel Lopes Machado. Em sua posse encontravam-se, “*dois pares de brinco esmaltado de azul e verde todos de ouro*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I. (02) 22. Manoel Lopes Machado, 1743). Lopes Machado ainda possuía dois cordões de ouro pertencentes à crioula Maria, “*que por ela consta empenhada ao casal*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I. (02) 22. Manoel Lopes Machado, 1743).

Pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais recebiam joias como penhores nas Minas Gerais, como era o caso do Tenente Custódio José de Almeida (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08) 89. Tenente Custódio José de Almeida, 1793). Assassinado em 8 de julho de 1793, ele morreu solteiro e deixou um patrimônio invejável para a época. O monte-mor foi de 8.136\$978 (oito contos, cento e trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito réis), superando, e muito, a maioria dos inventários existentes no arquivo da Casa Borba Gato.

O tenente comerciante deixou uma quantidade razoável de peças de ouro e prata, entre elas, laços de ouro, vários pares de brincos de ouro, fivela de pescocinho e anéis dos mais variados tipos. Consta também, no

inventário, peças que foram empenhadas por algumas pessoas que poderiam ter passado por necessidades na época ou que buscavam dinheiro para uma empreitada qualquer. Em seu inventário, estão listados os bens em ouro lavrado e penhorado, entre eles “um par de botões de ouro que se acham empenhado por Antônio Teixeira de Lomba” e também “um laço de ouro liso que se acha empenhado por Roza Gonçalves”, entre outros objetos de adorno corporal (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08) 89. Tenente Custódio José de Almeida, 1793).

Assim como várias pessoas dos mais variados estratos da sociedade recebiam penhores, o mesmo acontecia com quem penhorava. Podemos perceber essa prática entre as mais variadas “qualidades”, como, por exemplo, o coronel Faustino Pereira da Silva, que empenhou ao capitão Mathias de Crasto Porto uma Senhora da Conceição, um par de botões, um São Brás, uma memória e oito pares de cordões grossos, totalizando 60\$000 (sessenta mil réis). Não temos notícias desses ornamentos, já que não foram localizados o testamento e o inventário do coronel.

Encontramos listados nos documentos cartoriais, brincos, argolas, laços ou laças, além de jóias em ouro e prata que recorriam ao uso do esmalte e de pedrarias, entre as quais se destacavam os diamantes. Outros materiais faziam parte das peças que eram utilizadas por diversos segmentos da população mineira. Além das mais variadas pedras, foram encontrados nos inventários mineiros âmbar, coral, pérola e aljófares.

As jóias também foram usadas como moeda para doações e esmolas, algumas até desagradando alguns órgãos da Igreja, pois se utilizou desse artifício para pagamento de práticas proibidas pelo Tribunal do Santo Ofício, que apesar de nunca ter tido uma sede no Brasil, agiu aqui por meio de diversas estratégias, como as Visitações. Aldair Rodrigues (2007) abordou algumas práticas heterodoxas dos familiares do Santo Ofício em Minas Gerais, destacando que determinados comportamentos e atitudes não eram muito bem vistos pelos oficiais. Geralmente, os casos expunham práticas de feitiçaria, quase sempre envolvendo negros.

Mônica Maria de Jesus, natural da Ilha Terceira, e seu genro, Henrique Brandão, familiar do Santo Ofício, por exemplo, tinham certa proximidade com Antônio Angola, que por sua vez era escravo de Luiz Barbosa Lagares. Mônica de Jesus costumava acreditar em superstições a ponto de também promover benzeduras para curar algumas enfermidades. O escravo era muito bem tratado por Mônica, não só por benzer, inclusive curando o cunhado de sua proprietária, mas também

por, segundo testemunhos da época, lhe dar fortuna e riqueza por conta das suas benzeduras e adivinhações. Em uma ocasião, o negro Antônio Angola saiu pelas ruas dizendo ser feiticeiro e que tiraria os feitiços de quem pagasse uma esmola para o calundu. As testemunhas disseram que “*muitas pessoas deram esmola ao negro embusteiro: de galinhas a ouro e até a mulher de Manuel Lopes dos Santos, irmã da dita Mônica, por não ter ouro na ocasião tirou os brincos das orelhas e deu ao dito negro*” (IANTT, IL, Cad. Promotor, livro 318, fl, 247 em diante).

Essa ação demonstra que era muito comum os proprietários de terras minerais ou comerciantes recorrerem aos negros feiticeiros para abrir os caminhos ou preservar a riqueza conseguida. É bem possível que os feiticeiros fossem acusados de fazer o contrário, ou seja, fechar os caminhos, afastar os clientes do comércio ou impedir a produção de uma lavra mineral qualquer. De acordo com Souza, “a feitiçaria colonial mostrava-se estreitamente ligada às necessidades iminentes do dia a dia, buscando a resolução de problemas concretos” (SOUZA, 1986, p. 16).

Creio que importava menos a peça a ser doada ou dada como pagamento de um serviço ou mesmo como esmola. O importante deveria ser o valor agregado à peça. Um brinco tirado da própria orelha, por exemplo, deveria ser muito mais valioso para quem recebia, já que além do valor venal, vinha incorporado com um valor sentimental relativamente alto. Sobre o uso do brinco, adianto que foi um dos ornamentos mais encontrados nos documentos investigados, servindo não só como adorno corporal feminino, mas também como peça de penhor.

Já o material preferido nas transações, seja em processo de penhora, seja como pagamento de dívidas ou serviços, foi o ouro e as técnicas para a fabricação das peças de ornamentação masculina e feminina, bastante variadas também em outras partes da Comarca. Alguns historiadores dão conta dos materiais e técnicas utilizadas em outras vilas e arraiais por meio dos ornamentos listados nos testamentos e inventários. Cláudia Cristina Mol (2002) fez o levantamento de algumas peças de joalheria que foram usadas em Vila Rica durante boa parte do século XVIII. Com o título de “Para adornar e proteger: o uso de joias pelas mulheres forras”, ela nos revelou a quantidade e a qualidade das peças que adornavam o corpo das forras, criando tabelas para mostrar quais joias faziam parte do espólio das mulheres, quais eram os materiais utilizados e quanto se gastava para adornar (MOL, 2002, p. 120). A preocupação em se proteger

pode ser atestada pela quantidade de objetos como crucifixos, medalhas, feitiços de santo, breves, figas, bolas de âmbar, fios de coral, entre outros ornamentos arrolados nos inventários e testamentos.

Ainda no quesito proteção existe a preocupação manifestada por uma parcela da sociedade mineira com relação à magia. A presença de berloques que poderiam ter sido usados em pencas de balangandãs foi constatada pelo autor na Comarca do Rio das Velhas e na Comarca do Rio das Mortes. Os objetos destinavam-se à proteção dos portadores, como os da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que comprou sua liberdade, a casa onde morava e prosperou nos negócios que administrava, já que:

[...] sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar desses interesses indicou doze homens de confiança [...]. (PAIVA, 1999, p. 277)

Bárbara Gomes de Abreu e Lima listou uma grande quantidade de pequenos objetos em ouro, espalhados, empenhados na mão de algumas pessoas. Alguns autores acreditam que esses tipos de objetos que a forra possuía tinham significados mágicos, de proteção, que traziam em si toda a carga cultural do grupo ao qual pertencia a crioula produzidos ou não na Colônia.

Como alguns dos materiais empregados na confecção dos ornamentos em Sabará eram corais, âmbar e aljôfares, pouco comuns no Brasil, foi criado, para tanto, um mercado exclusivo e uma rota de comércio bastante extensa, que chegava ao Oriente. Essas joias, assim como provavelmente o desenho delas, foram trazidos para o Brasil pelos comerciantes e pelos próprios ourives vindos dos centros produtores de joias, principalmente de Lisboa e Porto.

Os comerciantes portugueses e os diretamente envolvidos com a joalheria criaram redes de clientes que envolviam Portugal e o continente africano, comercializando, entre outros produtos, os aljôfares. Navegadores e comerciantes portugueses e brasileiros tratavam de trazê-los da África, do Oriente Médio, da Índia e da China, sendo que os primeiros foram mesmo pioneiros desta empresa.

Paiva (2006) destacou que esses comerciantes portugueses introduziram vários materiais para a joalheria, como os corais. Outros autores

também destacam essa rede internacional, como Cláudia Mol. Segundo a autora, “o coral era apreciado pelos africanos desde o século XV, quando foi introduzido por comerciantes que o traziam do Oriente Médio” (MOL, 2002, p. 138).

Isso pode indicar que alguns comerciantes e ourives fizeram comércio com Veneza, utilizando como moeda coral, âmbar ou mesmo aljôfares. Algumas pistas sobre esse tipo de comércio podem-se ver nos relatos de Duarte Barbosa, sobre a viagem que fez pela África e à Índia, nos quais descreveu os vários tipos de corais existentes, além de registrar o valor pago por eles.

Mas era Veneza a porta de entrada do ouro, da prata, da seda e das gemas orgânicas usadas como adornos no Ocidente, desde as cruzadas até início do século XVI. Naquele tempo, os produtos oferecidos na cidade, além dos adornos corporais, eram tapeçaria, plantas medicinais, perfume, incenso, pimenta, cristais, porcelanas e espadas com aço de Damasco, vinhos e uvas do Chipre e vários outros artigos que eram comercializados e entraram, desde o século X, na vida dos europeus.

Ainda na cidade do mar Adriático, os comerciantes portugueses do século XVI encontravam à sua disposição vários tipos de ornamentos que serviram de referência para a criação de peças em Lisboa, Porto, Aveiro e Coimbra, além do abastecimento de pedras preciosas que os joalheiros tanto precisavam, em face da escassez desse artigo em Portugal. Os novos materiais e as referências para o ofício de ourives ganhariam o gosto da sociedade, sendo eles exportados para as demais partes do reino, chegando ao Brasil, finalmente, a partir do século XVI, pelas mãos dos ourives e dos reinóis, como ornamento e símbolo de riqueza, tudo em função das navegações promovidas por Portugal.

A importância dos descobrimentos portugueses é comentada pelo gemólogo Rui Galopim de Carvalho:

A rota marítima do Oriente aberta por Vasco da Gama trouxe consequências marcantes na ourivesaria e joalheria europeias, pelos materiais gemológicos de primeira escolha que começaram então a ficar disponíveis e mais acessíveis, como também pela procura do luxo associada às novas fortunas decorrentes das inúmeras oportunidades comerciais abertas pelos portugueses em toda a Europa. (CARVALHO, 2000, p. 37)

Depois da descoberta de novas terras, a dispersão portuguesa pelo mundo foi uma constante entre os séculos XVI e XIX. Por onde passaram, os portugueses deixaram testemunho de sua cultura material.

Dessa passagem, resultaram, então, as técnicas híbridas ou mescladas, como a filigrana, cujos motivos dos entrelaçamentos assemelham-se aos arabescos, como também aos trabalhos em coco e ouro, realizados em Diamantina, a partir do século XIX.

Muitos foram os ornamentos em filigrana encontrados nos inventários, como corações, cruzeiros, botões de ouro, e também a “*joya de ouro de filigrana com suas pedras falsas*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 03. Dona Jacinta Helena Barbosa, 1728). Acredito que por ser uma técnica que exija muita paciência dos ourives, eleva o valor da peça, mesmo que com pouco uso de ouro ou prata, sendo assim, restrito a um pequeno grupo de usuários, exatamente aqueles que viam nessas peças não só o valor venal em si, mas percebiam o tratamento estético e o valor agregado.

Apesar da técnica de joalheria feita em coco e ouro serem genuínas de Diamantina, não se pode negar que houve adaptação de materiais utilizados anteriormente em Macau. Na China, as fibras naturais faziam parte do repertório na ourivesaria e no Brasil, a assimilação deu-se pelo uso do coco, conhecido como da Bahia (*Cocos nucifera L.*), por ser maior em tamanho e possuir áreas mais planas em sua casca. Outro fruto utilizado em larga escala por maior espessura de casca foi o coco indaiá (*Attalea compta*).

Parte da história da joalheria portuguesa vinculou-se à região africana do Golfo da Guiné. A partir daí os portugueses adquiriram não só escravos, mas também ouro e marfim. A dinâmica mercantilista gerou uma rede de comércio com os Akans, possuidores do ouro de aluvião e hábeis comerciantes, que receberam os portugueses já no século XVI. Esses portugueses não só comercializaram com os “acanistas”, como também tiveram como fornecedores de ouro os Fetu e os Mandingas.

Essa experiência propiciou trânsitos e apropriações culturais e materiais, além de saberes que fizeram parte do repertório criativo dos ourives da metrópole e que, em seguida, foram disponibilizados para o restante do reino. Bons exemplos parecem ser os excessivos ornamentos de contos de ouro usados em torno dos pescoços das negras daquela região, que a maior parte poderia ser visto nos rosários das devotas portuguesas no século XVIII e XIX, bem como alguns correntões, na Bahia do século XIX.

As semelhanças entre as joias usadas pelas portuguesas e as que eram usadas por pretas, crioulas e mestiças, principalmente de Salvador,

se dão pela técnica e pelas formas: eram contas ocas e bem trabalhadas, como as joias provenientes de Gana ou de Mali, regiões que possuíam oficinas de metalurgia, tanto para trabalhar ouro, quanto para a produção do bronze.

O volume documental pesquisado até o momento aponta para algumas diferenças entre os ornamentos. Enquanto as pretas forras parecem ter preferido os corais, mulheres e homens brancos possuíam mais aljôfares. Negras, crioulas e mestiças parecem ter tido uma predileção por materiais e tamanhos variados. Exemplo disso são as pequenas peças listadas nos documentos, que parecem ter sido usadas como berloque de balangandãs, ao mesmo tempo em que possuíam laças, que em alguns casos alcançavam um palmo de tamanho, em Sabará.

Brincos em forma de argolas foram frequentemente registrados nos documentos. Geralmente essas argolas eram produzidas em canutilho, ou seja, um fino fio de ouro ou prata como se fosse um canudo, fechando-o ao se introduzir uma ponta na outra. Essas peças foram grafadas de forma diferente, como “*argolas de canotilho*”, listadas no inventário do Alferes Antonio da Cruz Duarte (IBRAM–Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 04. Alferes Antonio da Cruz Duarte, 1722) e no inventário de Crasto Porto (IBRAM–Museu do Ouro Sabará/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto, 1742), entre outros.

Era comum o uso de argolas também na América Pré-Colombiana nos tornozelos, antebraços, pulsos e também nas orelhas, como podemos perceber pelas imagens dos retratistas espanhóis no Novo Mundo, expostos em museus e galerias. Tanto servia para adorno corporal, quanto para aprisionamento. Outros tantos serviam como distinção social, variando de forma, peso e técnica.

Na África, por exemplo, os Akans usavam argolas ou aros em volta do pescoço, nos braços e nas orelhas, o que torna difícil classificar quanto à tipologia, o uso desse ornamento em Minas Gerais. De acordo com a documentação pesquisada, listam-se somente “*argolas*”, sem se especificar o diâmetro, podendo ter sido usadas em várias partes do corpo. Podemos aproximar nossa aferição utilizando como parâmetro o peso ou o valor que os avaliadores registraram nos inventários e testamentos. Assim, temos descritos no inventário de André Ferreira da Costa (IBRAM–Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03) 28. André Ferreira da Costa, 1732), casado com Maria Gonçalves do Rosário, “*um par de argolas de ouro*” no valor de 6\$200 (seis mil e duzentos réis),

equivalente a cinco oitavas de ouro, o par. Considerando o valor da oitava de ouro na época a 1\$200 (mil e duzentos réis), perfazendo um total de dezessete gramas e meia o par das referidas argolas. Um peso considerável para usar na orelha por muito tempo. Mas a maioria das “argolas” e “argolinhas” descritas nos inventários tem um peso menor do que o declarado no documento de André Ferreira da Costa, apesar de muitas peças não terem indicadas o peso nem o valor. Houve casos em que se ajuntavam todas as peças existentes e se avaliavam o conjunto, como no inventário do Alferes Domingos Dias, morto em 1738:

quatro pares de botões [sendo] um grande e tres pequenos, hum par de argolas e um cordão, hum par de brincos, hum par de argola de ouro tudo de ouro que pesam uma quarta de ouro avaliada a oitava a mil e trezentos réis que junto importa a coarenta e hum mil e seis centos réis – 41\$600 (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (05) 51. Alferes Domingos Dias, 1738).

Finalmente algumas joias foram utilizadas como instrumento de cura, principalmente as gemas preciosas. A arte da cura, como sugere Carla Almeida, foi utilizada por práticas supersticiosas por grande parte da população, mesmo com uma grande quantidade de cirurgiões e boticários que exerciam formalmente seu trabalho nas Minas Gerais. A autora sustenta que a escolha as tais práticas não oficialmente permitidas foi uma opção, já que

sua população heterogênea, resultado de mestiçagens biológicas e culturais ao longo do tempo, acomodou praticas diversas oriundas de diferentes culturas que, continuamente, se encontravam, se complementavam, se reinventavam. (ALMEIDA, 2010, p. 157)

Muitas joias, como as que carregam imagens e relíquias de santos e santas, foram incentivadas pela Igreja Católica. Geralmente portavam proteção contra doenças, principalmente se fossem benzidas pelos padres. Como já mencionado, é considerável o número desses objetos que foram listados nos inventários e testamentos na antiga Vila de Sabará. Muitos desses objetos podiam ser portados não só pelo seu valor estético, mas pela crença de que afastavam enfermidades e promoviam curas, como os Olhos de Santa Luzia e o *Agnus-Dei*.

Outras joias que serviram como proteção foram as confeccionadas em coral, gema usada pelos que queriam se proteger de doenças e infortúnios, sob forma de amuletos ou talismãs, chegando a ser usado em receitas de cura. Porém fica o alerta de que nem todos os que

usaram coral podiam ser relacionados como proprietários em busca de proteção. O coral, ainda que com uma carga cultural que remete alguns proprietários ao mundo da cura, era uma matéria usada na produção de peças de adorno, com raridade e beleza, o que elevava o preço de algumas joias e as tornava, para alguns, mais atraente.

O âmbar também serviu como instrumento de cura, o que explicaria as bolas de âmbar descritas em inventários de brancas e não-brancas, nas Minas Gerais do século XVIII. Mesmo na América Espanhola, esse material recebeu igual tratamento, ou seja, era visto detentor de poderes curativos. Acreditava-se, em Cuba, que usado com o coral, o âmbar podia se tornar um poderoso instrumento para tornar um homem fiel à sua mulher, como conta Cabrera.

Cinco corais em forma de cruz e um âmbar, pulverizados um a um. Vertem-se cinco gotas de mel cinco vezes, isto é, 25 gotas, dentro de uma cuia ou pomo aos pés de Oxum, e canta-se enquanto se vai ligando o axé do coral e do âmbar com o mel. Leva-se ao rio e ali pega-se uma folha de achibatá, extrai seu sumo e ordena à mulher ciumenta que lave com ele seus órgãos genitais. (CABRERA, 2004, p. 295)

Mas o âmbar podia ser usado sozinho, em contato com o corpo. Nas Minas Gerais, a crença na gema orgânica era de que, segundo Almeida, “além de se fazer presente na terapia convencional como remédio para cura de infecções, icterícia, asma e todas as afecções da garganta, o âmbar possuía propriedades consideradas sagradas” (ALMEIDA, 2010, p. 151).

As pedras soltas também fizeram parte do universo da cura. Mas essa crença já estava presente desde a época de Caio Plínio Segundo, o velho historiador romano morto em 79, que já escrevia sobre o poder curativo das pedras, recomendando o uso delas pelos enfermos. Cabrera (1996), em seu livro, dá algumas indicações do uso de algumas gemas como as que se encontram listadas nos inventários.

As propriedades curativas das pedras relacionadas no quadro acima são atribuídas não pela composição química, mas por uma relação de simpatia que a sociedade mineira acostumou a ter. As gemas, na pesquisa de Prieto, possuem uma “corrente de fé nas virtudes mágicas das gemas” e que já havia se manifestado no antigo Egito e na Mesopotâmia. As pedras, em Sabará, continuaram a ser vistas, por alguns moradores, como tendo propriedades curativas e mágicas, e fazem parte das aspirações do homem, desde a antiguidade. Mas, o mesmo homem que aspira amor, poder, popularidade, reconhecimento, saúde, entre outros, deixa transparecer seus medos, por

QUADRO 9

Gemas e suas indicações no século XVIII

Gema	Indicação
Ametista	Cura de dores de cabeça, de gota e dor de dentes
Cristal Mineral	Contra diarreias, cólicas e artrite. Usado como sonífero e para aumentar leite das lactantes.
Diamante	Cura a loucura e transtornos biliares. É sudorífero nas febres e intoxicações. Usado no tratamento da lepra e acredita-se que é rejuvenescedor.
Esmeralda	Abre o apetite e restaura a visão. Cura a icterícia e outras enfermidades hepáticas. Usado contra a ansiedade e acreditava que era contraceptiva.
Jacinto	Ajuda nos partos, pelo seu poder tonificante para o coração. Usado contra convulsões e envenenamento.
Rubi	Cura enfermidades dos olhos e do sangue. Usado para curar inflamações e é calmante. Acreditava-se que em sua ação contra envenenamentos.
Topázio	Cura hemorragias e asma. Conserva os dentes e os ossos. Previne a calvície e é considerada digestiva e fertilizadora.

Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. Gemas que foram listadas nos inventários e testamentos Setecentistas mineiros.

isso necessita se proteger desses males, seja ele um mal social, como os inimigos políticos, os rivais, a pobreza, as doenças, ou os perigos classificados como naturais, entre eles tempestades e naufrágios, destruição das colheitas, esterilidade do gado, ataque de animais ferozes, mordeduras venenosas de répteis e escorpões, doenças, morte.

Por tudo isso, nos inventários estão descritos, de forma farta, a relação de pedras, cravadas ou não nos brincos, anéis e colares, sugerindo que a joia pode ter sido usada como peça contra essas ameaças, além de outras como as sobrenaturais, os fantasmas, o mau-olhado e os malefícios das mais variadas ordens, já que estamos diante de uma sociedade que se fez, não só pelas aparências, mas também pelo temor ao desconhecido.

3.4. Joias devocionais

As joias, quando feitas e usadas com apelos religiosos, que denota obediência ou consagração por meio de voto, “que são as verdadeiras obrigações das verdadeira devoção do Christão a Deos, & os Santos da Igreja” (BLUTEAU, 1712, p. 27), são as classificadas como devocionais. As mais utilizadas pela sociedade mineira do século XVIII foram as medalhas, as verônicas, os crucifixos e os feitiços de santos, a maioria em ouro.

As joias listadas nos inventários da Comarca do Rio das Velhas nos setecentos não foram descritas minuciosamente, no entanto algumas técnicas podem ser percebidas como “aberta no buril”, “anel de fili-grana” ou “coraes engranzados em ouro”, bem como arrolar formatos de pedras quando se descrevem joias “com suas pedras em cabuchão” ou “brincos de aljofre com olhos de mosquito”. A maioria descreve o material utilizado como “arrecadas em ouro” ou “botões de prata”, “cruz de diamante”, além dos corais, aljôfares ou gemas das mais variadas formas e cores. Também podemos perceber em algumas peças quais foram as de uso cotidiano, já que muitas estão descritas “com seu uso” ou “quebrada”, e quais eram usadas como demonstração da fé.

As joias de caráter religioso encontraram na região das Minas Gerais um público diversificado, que utilizou dos ornamentos para manifestação de sua fé, apesar de alguns, nos momentos de dificuldade financeira, empenharam parte de seus bens. Minas Gerais também foi um local em que se destacou o investimento em igrejas, tanto na construção dos templos, quanto na decoração interna dos mesmos, o que explica, em parte, o uso de trabalhos de ouro e prata com esse apelo.

As joias aqui chamadas de mágicas são as que, de alguma maneira, eram usadas como proteção aos males do homem ou da natureza. Como exemplos, citamos as gemas orgânicas, como o coral, os aljôfares e o âmbar, que chamamos de amuletos, por se apresentarem em estado bruto. Então, toda peça que possui alguns desses materiais agregados chamamos de mágica e se tiver sido feita por mãos humanas, receberá, nesse texto, o nome de talismã.

Mas, como já foi citado, as joias não foram feitas somente para ataviar. Por isso, uma grande quantidade foi utilizada como pecúlio, dote ou reserva de valor, além de servirem para demonstração de fé. Na Sabará do século XVIII as mulheres demonstraram sua fé por meio dos ornamentos. Os ornamentos devocionais em posse das mulheres representaram 52% do total de todas as joias listadas nos inventários analisados.

QUADRO 10

Relação das joias de devoção de caráter religioso e mágico nos inventários post-mortem na Vila de Sabará e seu termo, com seus respectivos possuidores.

Gema	Indicação
Figa	Alferes Antonio Duarte
Espírito Santo - pingente	Alferes Antonio Duarte
Verônica de São Bento	Capitão José dos Santos Silva
Cruz	Antonio da Rocha
Feitio de imagem N. Sra. Conceição	Catherina de Barros (preta forra)
Feitio do Espírito Santo	Catherina de Barros (preta forra)
Bracelete de coral	Catherina de Barros (preta forra)
Fios de coral	Catherina de Barros (preta forra)
Cruz de ouro	Catherina de Barros (preta forra)
Verônica de São Bento	Catherina de Barros (preta forra)
Unha de onça encastoada	Catherina de Barros (preta forra)
Figuinhas de ouro	Catherina de Barros (preta forra)
Olhos de Santa Luzia	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Cruz de filigrana	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Feitio de imagem N. Sra. Conceição com acorda	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Corrente de São Bento	André Ferreira da Costa
Cruz de diamantes	Rosangela Moreira
Bola de âmbar	Rosangela Moreira (empenhada a um padre)
Crucifixo de ouro	Cel. Antonio de Sá Barbosa
Botão de camisa com o Espírito Santo esmaltado	Cel. Antonio de Sá Barbosa
Crucifixo com seu cordão	Capitão Antonio de Sá Barbosa
Crucifixo com uma cruz esmaltada	Capitão Antonio de Sá Barbosa
Argolinha de São Bento	Dona Jacinta Helena Barbosa
Cruz de Filigrana	Catherina Soares Pereira

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação

Gema	Indicação
Bracelete de coral	Catherina Soares Pereira
Figuinhas	Catherina Soares Pereira
Crucifixo com cordão	Manoel Dias Borges
Olhos de Santa Luzia	Maria Ribeira (crioula forra)
Cruz Resplendosa	Maria Correa das Neves
Crucifixo de ouro	Maria Correa das Neves
Cruz de Filigrana	Mathias de Crasto Porto
Cruz de diamantes	Mathias de Crasto Porto
Cruz de ouro de Chapa	Mathias de Crasto Porto
Senhora da Conceição (5 peças)	Mathias de Crasto Porto
São Brás	Mathias de Crasto Porto
Santo Cristo com cordão	Mathias de Crasto Porto
Verônica de São Bento	Mathias de Crasto Porto
Figa	Mathias de Crasto Porto
Meia lua (pendente)	Mathias de Crasto Porto
Verônica de São Bento	Capitão Manoel Lopes Machado
N. Sra. Conceição	Capitão Manoel Lopes Machado
Fios de corais machos	Capitão Manoel Lopes Machado
Cruz de diamante	Capitão Manoel Lopes Machado
N. Sra. Conceição	Custódio José de Almeida (preto forro)
Cruz de filigrana	Custódio José de Almeida (preto forro)
Unha de onça em ouro	Custódio José de Almeida (preto forro)
Cruz de diamante	Manoel de Souza de Oliveira
N. Sra. Conceição	Clara Josefa Lionarda
Fio de corais engranzados	Clara Josefa Lionarda
Crucifixo de ouro	Margarida Alves (preta forra solteira)
Feitio de Conceição	Fernando Pereira Guimarães

Gema	Indicação
Cruz de filigrana	Fernando Pereira Guimarães
Crucifixo de ouro	Domingas Pinto
Relicário de ouro	Maria Mansa da Conceição (parda, solteira)
Corais engraçados/engrassados	Maria Mansa da Conceição (parda, solteira)
Cruz de filigrana	Maria Angélica
Cruz de ouro	Manoel Martins
Cruz de ouro	Domingos Fernandes
Sra. da Conceição	Domingos Fernandes
N. Sra. Conceição	Maria Parreiras (preta forra)
Bolsa de São Bento	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
N. Sra. Conceição	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
Fios de corais (3 peças)	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
Imagem Senhor Crucificado	Dona Maria Pereira de Magalhães
Imagem de Santa Ana	Dona Maria Pereira de Magalhães
Corais miúdos	Rita Coelho Carneira
Cruz de Jerusalém	Rita Coelho Carneira
Cruz de ouro com diamantes	Páscoa Gomes dos Santos (preta forra)
Crucifixo de ouro	Páscoa Gomes dos Santos (preta forra)
Rosário de ouro	Francisca Norberta de Meneses
Cordão de ouro com crucifixo	Manoel Dias Borges
Crucifixo de ouro (3 peças)	Antonio de Sá Barbosa
Imagem de N. Sra. Conceição (2 peças)	Esperança Pereira do Lago (parda)
Verônica de Santo Anastácio	Esperança Pereira do Lago (parda)
Olhos de Santa Luzia	Esperança Pereira do Lago (parda)
Corais em ouro (2 peças)	Esperança Pereira do Lago (parda)

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação

Gema	Indicação
Imagem do menino Jesus	Esperança Pereira do Lago (parda)
Verônica de N. Sra. Conceição e sua custódia	Esperança Pereira do Lago (parda)
Anel olho de víbora	José Bernardes
Cruz de ouro	Dona Ignácia de Miranda
Bola de âmbar	Josefa Monteiro (preta forra)

Fonte: Inventários post-mortem - 1735-1815. IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Mas, se compararmos a posse desses ornamentos entre os homens brancos e os não-brancos, percebemos que os pretos, pardos e crioulos não se interessaram tanto pelas joias de apelo mágico e religioso ou não tiveram condições para adquiri-las. Somente 5% da população dessas “qualidades” investiram nesse ornamento.

Outros talismãs descritos nos inventários foram as figas, as unhas e garras de animais encastados em ouro ou prata e mesmo as contas enfiadas em ouro ou prata. Tais objetos, ainda pouco explorados pela historiografia brasileira, tiveram seu percurso mapeado por alguns pesquisadores, que abordaram o uso das joias pelo viés cultural.

Pode ser que as pretas, crioulas e mestiças não tivessem como objetivo a preservação da cultura africana. Sabedoras de que as joias

QUADRO 11

Joias religiosas e mágicas em posse das mulheres negras

Descrição das jóias
Bracelete de corais miúdos engrazados em prata
Bracelete de coral
Corais em ouro (2 peças)
Corais engraçados, engranzados, engrazados
Crucifixo de ouro
Cruz de filigrana
Cruz de ouro
Cruz de ouro com diamantes

Descrição das jóias
Feltio de imagem N. Sra. Conceição com cordão
Feltio do Espírito Santo
Figuinhas de ouro
Fios de corais (3 peças)
Fios de coral
Imagem de N. Sra. Conceição (2 peças)
Imagem do menino Jesus
Olhos de Santa Luzia
Pedras azuis engrazadas em ouro
Relicário de ouro
Unha de onça em ouro
Unha de onça encastoadada
Verônica de N. Sra. Conceição e sua custódia
Verônica de Santo Anastácio
Verônica de São Bento

Fonte: Inventários post-mortem - 1735-1815. IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

informavam muita coisa sobre o proprietário, elas se mostraram para a sociedade, não como guardiãs e sim como usuárias comuns. Apenas um caso de mulher branca empenhando joias foi encontrado nos documentos investigados. Todos os outros empenhos de ornamentos foram feitos pelas não-brancas.

Não foram somente as mulheres negras que investiram em ornamentos de devoção religiosa e amuletos. Ao se comparar a posse desses ornamentos das mulheres de todas as “qualidades”, percebe-se que as mulheres brancas também investiram nessas peças.

Em relação às devoções, as mulheres pretas, crioulas e mestiças se prepararam mais que os homens dessas mesmas “qualidades”, investindo parte dos seus rendimentos nos ornamentos de caráter religioso. Os homens pretos, crioulos e mestiços preferiram investir em cordões, botões de ouro e em alguns brincos. Poucos foram os investimentos em objetos religiosos e

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação

QUADRO 12

Joias religiosas e mágicas em posse das mulheres brancas

Peças	Proprietária
Cruz de diamante	D. Ignácia de Miranda
Cruz de diamante	Rosangela Moreira
Bola de âmbar	Rosangela Moreira
Argolinha de São Bento	D. Jacinta Helena Barbosa
Cruz de Filigrana	Catherina Soares Pereira
Bracelete de coral com figurinhas	Catherina Soares Pereira
Cruz resplendosa	Maria Correa das Neves
Crucifixo de ouro	Maria Correa das Neves
Brinco de aljofres pequenos	Inácia da Silva
Fio de contas de ouro	Inácia da Silva
Imagem de N. Sra da Conceição	Clara Josefa
Brincos de aljofres velhos	Clara Josefa
Fio de contas de ouro de pescoço	Clara Josefa
Fio de corais engrassados em ouro	Clara Josefa
Meada de aljofres	Clara Josefa
Crucifixo de ouro	Domingas Pinto
Cruz de ouro de filigrana	Maria Angélica
Cruz de Jerusalém	Rita Coelho Carneira
Rosário de ouro	Francisca Norberta de Meneses

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1735-1815. IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

mágicos. Devem ser destacados os crucifixos, as imagens de Nossa Senhora da Conceição e “hua unha de onça encrustada em ouro” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 26. Custodio de Almeida Faria, 1746.), que pertenciam ao preto forro Custodio de Almeida Faria, casado com uma preta forra de nome Josefa de Souza.

Com relação às mulheres brancas, estas preferiram os anéis com diamantes em prata, enquanto as não-brancas investiram mais em anéis de ouro, sem detalhes. Outra variação que chamou a atenção foi o fato de que entre os bens das brancas não se acharam contas de ouro soltas. Isso apareceu apenas nos inventários das não-brancas, nos quais foram encontrados oitenta e seis contas de ouro dos mais variados modelos e tamanhos. Entretanto, em relação ao uso de fios de conta de ouro, as mulheres brancas os possuíram em maior quantidade.

As contas em ouro poderiam ser compradas ou vendidas separadamente. Quando postas em fio, formando um colar, não havia número certo de peças. Redondas ou ovais, as contas também podiam ser maciças ou ocas e se popularizaram entre os portugueses, segundo Solange Godoy, desde o contato com o povo Akan, em São Jorge da Mina, no século XV. Ainda segundo a mesma fonte, as contas foram largamente utilizadas pelas mulheres negras no Brasil, sobretudo na Bahia e também em Minas Gerais, como também na Martinica.

As mulheres não-brancas parecem ter preferido as correntes de ouro. Já as brancas investiram em cordões. Se bem que parece se tratar

QUADRO 13

Relação de joias em ouro e as respectivas possuidoras em Sabará do século XVIII.

Peça	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas, Crioulas e Mestiças
Anel de ouro com diamante	1	0
Anel de prata com diamante	1	0
Anel de ouro	0	4
Anel de retrato	2	0
Argolas	3	3
Botões em ouro (pares)	12	19

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação

Peça	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas, Crioulas e Mestiças
Botões em prata (pares)	7	4
Brinco barriga de aranha	1	0
Brinco com aljófar	8	5
Brinco com pedra vermelha	0	1
Brinco de diamante	2	0
Brinco de ouro e diamante	0	2
Brincos de ouro	2	9
Brincos esmaltados	0	1
Broche	1	0
Caixilho de ouro	2	1
Contas de ouro	0	86
Coração	1	1
Coração filigrana	0	1
Cordão	16	5
Corrente de braço	0	2
Corrente de ouro	0	3
Esgavatador	0	2
Fio de contas	3	1
Fivelas de ouro	1	0
Fivelas de prata	0	4
Joya	2	0
Laço e brinco (conjunto)	3	2
Laços	2	2
Memórias	15	10
Molho de Granada	1	0

Peça	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas, Crioulas e Mestiças
Pedras azuis	0	1
Pente	2	0
Presilha de hábito	1	0
Rociclê de ouro	1	0
Ornamentos em coral	8	11

Fonte: Inventários post-mortem: IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1735-1815

do mesmo tipo de adorno, ou seja, uma peça em ouro ligada por elos. Porém, a corrente possui elos maiores e pode ser confeccionada sem muita técnica. Já o cordão apresenta-se mais delgado, tanto que na documentação alguns cordões descritos trazem o adjetivo “grosso” para dar a ideia de que é uma peça refinada, porém não tão delicada.

As crenças de que determinadas peças podem afastar perigos são antigas e provenientes dos mais variados locais. A proteção contra qualquer mal era invocada e parece que mesclada à religião foi usual na região das minas do ouro. Mas não só em Minas Gerais temos notícias dessas crenças. No Pará, um relato da visitação do Santo Ofício chama a atenção.

Um índio, de nome Ancelmo, solteiro de acordo com os documentos, fugiu e se escondeu na casa do ourives Antonio da Silva. Ancelmo foi acusado de danificar o altar da igreja, quebrando a mesa para retirar parte da pedra, conhecida por “pedra de Ara” julgando que a mesma lhe daria proteção. O índio Ancelmo foi denunciado por outro índio de nome Cypriano que o viu com dois pedaços da pedra de Ara nas mãos. Ancelmo teria dito ao outro índio que tinha as pedras “para ser Valente, Elhe não fazerem Mal facas Nem espadas nem paos”. Advertido que seria excomungado por furtar coisas da igreja, Ancelmo teria dito que “aquillo era pera remédio prezervativo, ter Mandinga e que a excumunhão lhe não fazia Mal” (LAPA, 1978, p. 215-216). Deu o índio mais valor à pedra, que provavelmente foi transformada em talismã pelo ourives Antonio da Silva, do que à possibilidade de ser excomungado.

Fora do Brasil, outros também buscavam proteção contra os males que não tinham controle. Utilizavam então amuletos e talismãs com esse propósito, como destaca Suzanne Blier (1995) sobre o povo “Bo”, na

África, que se apegava a anéis contra picadas de serpentes. Ela afirma que:

[...] alguns anéis afastam as coisas ruins (nu gnan gnan). Alguns, não importa o que você fizer, ninguém vai lhe perguntar sobre isso. Outros se você pisar em uma cobra ela não vai picá-lo. Outros, ainda, se uma pessoa quiser envenená-lo, o anel irá alertá-lo sobre isso. (BLIER, 1995, p. 387)

Retornando à documentação cartorária produzida em Sabará do século XVIII, foi listado um item de ouro lavrado cujo nome nos remete à função de proteção citada anteriormente “dois anéis de ouro, um com olho de víbora e uma lamina peque/ (ilegível) em roda de ouro com suas pétalas [...]” (AEAM. Testamento de José Bernardes, fl. 4, pasta 0687, 01/01/1738).

Essa peça pertenceu a José Bernardes, nascido em Sabará, que registrou seu testamento em Mariana, em 1738. A importância desse anel reside no fato de conectar locais bem distantes, já que, além da crença do povo africano estudada por Blier (1995), foi registrada uma manifestação dessa crença na proteção contra mordedura de cobras com essa pedra proveniente da Ilha de Malta.

Corria o ano de 1719, quando o jesuíta Antonio Franco publicou o livro “*Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*” onde narra o episódio referente ao olho de víbora. Escreveu que:

[...] dera o padre João de Brito a hum dos seus cristãos hum olho de víbora, dos que vem da Ilha de Malta e por meio dos quais pela intercessão de São Paulo livra Deos a muytos do veneno da mordedura peçonhenta. O cristão o engastou num anel, contando a hum seu tio gentio a virtude daquelle olho. Zombou do que se lhe dizia, e como a experiência não era difficultosa, levado de curiosidade, pediu emprestado o anel; [...] então lhe mostrou a outra mão com o olho [de víbora], que estava no anel, à vista do qual cahio alli morta a cobra, com assombro de mais de noventa pessoas entre Christãos, e gentios, que forao testemunhas deste prodígio. (FRANCO, 1717, p. 769)

Em um romance que recebeu autorização para ser impresso em 14 de outubro de 1748, intitulado “*Governo do Mundo em Seco, Palavras Embrulhadas em Papéis ou Escritório da Razão: exposto no progresso de hum dialogo, em que são interlocutores hum letrado, o seu escrevente, e os mais que se propozerem*”, o autor promove um diálogo em que a criada, apaixonada pelo escrevente, comenta sobre as propriedades mágicas da pedra que ficou conhecida como “olho de víbora”. A pedra em questão parece ser a ágata, pela semelhança com o globo ocular de um réptil, se lapidado em cabochão. O diálogo transcorreu assim:

Criada - Tanto me sinto namorada de suas prendas, que para final do meu amor, aqui lhe dou a deste anel que tinha na mayor estimação, porque meu deum hum Clérigo meu conhecido, que por final ficou sem elle.

Escrevente – Não descubramos as faltas do nosso próximo: fallemos no que nos importa: e que pedra he esta, que tem no meyo?

Criada – Não he pedra; he um olho de víbora, que serve para muita cousa.

Escrevente – E o para que mais servirá, daqui em diante será para testemunha de que v.m. me poz os olhos; e amos, que chega a dar o olho, ainda qye esteja huma víbora, não poderá dar olhado; pois este olho me preserva de todo o ar, que não seja o ar da sua graça. Mas, senhora, já que tenho mãos de harpia para pegar nestes mimos, desejará nesta ocasião ter unhas de grãbesta, para remunerar estas offertas; porque me dizem, que também tem huma virtude nunca vista para huns achaques, que nunca se entendem: porque nas mãos de v.m se suppriria esta falta; antes as unhas ahi subirão a se perolas, segundo as que estou vendo tem nelas enfiadas. (SILVA, 1748, p. 74)

A ágata é uma das variedades do quartzo, com uma vasta gama de cores e formas e, em alguns casos, pode-se assemelhar-se a um globo ocular ou mesmo a uma pele de cobra. A maioria desse mineral ocorre como nódulos em rochas eruptivas, ou antigas lavas, onde preenchem as cavidades produzidas originalmente pela desagregação do vapor na massa derretida, e então preenchido, completamente ou parcialmente, pela matéria silicosa depositada em camadas regulares em cima das paredes. Esses minerais, quando cortados transversalmente, exibem uma sucessão de linhas paralelas, frequentemente de extrema tenuidade, dando uma aparência unida à seção e por isso tais pedras são conhecidas como ágata unida e ágata listrada.

Segundo Bluteau, a ágata é uma “pedra preciosa cuja cor de ordinário he vermelha, mas matizada com veas de varias cores, que parece se recreou a natureza em debuxar payses, bosques, montes e outras figuras” (BLUTEAU, 1712). Bluteau completa que a pedra era usada como remédio para picadas de escorpiões e aranhas, e que por instinto natural, as águias a buscam e a metem no ninho, para preservar os filhos de todo o gênero de peçonha.

Além da conexão entre espaços, temos exemplos de materiais que conectam culturas diferentes, como é o caso já salientado do coral, que tanto serviu aos africanos, simbolizando laços familiares e de poder, quanto aos povos mediterrâneos, que o empregaram como objeto de proteção. No inventário do Padre Tomas de Moura, morto em 27/4/1785, está descrita uma quantidade considerável de livros

relacionados ao exercício do sacerdócio e alguns de filosofia. Mas, o que mais chamou a atenção foi a existência de uma peça que, comumente, não era usada pelos clérigos. O primeiro item a ser listado no inventário do Padre foi ouro em pó e lavrado, num total de 26.785 oitavas de ouro. E entre os bens listados nessa categoria existiam “dois fios de corais engranzados avaliados a 3\$600” (AEAM. Testamento de José Bernardes, fl. 4, pasta 0687, 01/01/1738).

O Padre Tomas, que se mostrou um homem letrado, pode ter utilizado os fios de corais em busca de mais proteção, já que o coral, no século XVIII, no Brasil, foi usado na busca da longevidade, além de lhe ser atribuído algum poder profilático. Outra possibilidade, não excludente, era ser o objeto tomado como um rosário pelo padre. Normalmente se usa o coral do chamado *Coralium rubrum*, proveniente do Mar Mediterrâneo, e foi bastante utilizado no século XVI, principalmente pelo seu poder profilático contra venenos. Seja nos rosários e terços, seja em ramos, esse material deveria ser de uso restrito aos mais abastados, diferente das Minas Gerais de quase duzentos anos depois, onde o coral foi bastante acionado como peça de ornamento simples, como remédios e poderosos amuletos ou talismãs, além de ser um material que sugeria aproximações culturais com os africanos.

O âmbar também fez parte do universo das chamadas joias de proteção. E em alguns documentos essa gema orgânica foi listada na categoria de ouro lavrado. Entretanto, eram mais raros que os corais e os aljôfares.

Acreditamos que algumas peças, por não terem semelhanças com as criadas para determinados grupos sociais, como militares, magistrados, religiosos, viúvas, esposas de altos funcionários, filhas e filhos de cidadãos mais abastados, entre outros, receberam nomes por semelhança com coisas do dia a dia ou da natureza. Neste caso, podem ser citados, por exemplo, brincos de meia lua, de folha de oliveira, de asas de morcego, de âncora, de bolota e cestinhas.

Na impossibilidade de indicar quem deu nome às peças, se usuários ou se os próprios ourives, destacamos somente que algumas pedras tornaram-se as preferidas para homenagear o cotidiano. Os quartzos foram, muitas vezes, descritos como olhos de gato, pedras acastanhadas e listradas e como olhos de tigre. Nessa ordem de ideias, houve pedras que, pela textura, cor, aparência, dureza, entre outras qualidades, serviram de base para nomear determinadas joias, como “brincos barriga de aranha” ou as lascas de diamantes conhecidas por “olhos de mosquito”.

Capítulo 4

**Tipologia das joias:
adornos usados na Comarca
do Rio das Velhas**



A leitura dos inventários nos mostra que os habitantes de Sabará, no século XVIII, possuíam mais botões do que qualquer outro ornamento, sendo mais utilizados pelos homens. Nos inventários analisados foi possível perceber que os homens possuíam 58% de todos os botões listados. No total foram cento e sessenta e um pares, sendo que os homens possuíam noventa pares de botões em ouro e somente três pares em prata.

Vários foram os usos para esses ornamentos. No universo feminino foi possível flagrá-los ora como brincos, ora como peças do vestuário. Porém, enquanto a mulher branca utilizou mais dos botões de prata, as negras preferiram investir nos botões de ouro.

O botão de ouro foi o ornamento mais penhorado em Sabará do século XVIII, então pode ser que as não-brancas tenham visto uma possibilidade de investimento nesse ornamento, visando empreendimentos futuros. Outra possibilidade desse investimento seria o de ao gosto da época, preferindo os de ouro, o que indica, também, as mobilidades financeiras que elas experimentaram.

Em se tratando de botões como peça de vestuário, esses eram bastante utilizados, provavelmente em eventos festivos ou em ocasiões solenes, ao menos até o século XVIII.

Vários botões foram listados nos inventários, quase sempre listados em pares, e em alguns documentos estão descritos como sendo de camisa, calções ou punhos. No inventário já citado de Mathias de Crasto Porto, encontramos a maior quantidade relacionada dessas peças. O referido capitão possuiu vinte e quatro pares, entre botões de ouro e de prata, e todos se encontravam penhorados com ele. No inventário

Tipologia das joias: adornos usados na Comarca do Rio das Velhas

estão listados trinta e quatro itens, sendo que 29% eram botões, como se pode observar nos quadros abaixo.

QUADRO 14

Quantidade de peças com o respectivo valor da parca Esperança Pereira do Lago, listadas no inventário.

Quantidade de botões	Penhores de:
Um par de botão de filigrana	-
Quatro pares de botões pequenos de filigrana	-
Um botão de pitanga	-
Treze pares de botões de vários tamanhos	Simão Machado
Um par de botões grandes	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botões de bico	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botão pequeno e liso	Joana Monteiro
Um par de botão pequeno	Joana Monteiro
Um par de botão de ouro	Josefa de Meneses
Um par de botão de bico	Josefa de Meneses
Um par de botão de ouro	Antonio Teixeira de Lomba

Fonte: Inventários post-mortem. IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

Já o alferes Antonio da Cruz Duarte (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 04. Alferes Antonio da Cruz Duarte, 1722.), cujo inventário foi aberto em 09 de junho de 1722, possuía a segunda maior quantidade de botões registrados nesse tipo de documento. De uma só vez, os louvados listaram “*vinte e um pares de botões lisos*”. Não sabemos ao certo em qual parte do vestuário esses botões foram usados, como os que estão listados no inventário do Coronel Antônio de Sá Barbosa, casado, morador de Roça Grande:

QUADRO 15

Outras joias penhoradas que aparecem no inventário de Crasto Porto

Nome da peça	Quantidade
Cordão de ouro	8 pares
Senhora da Conceição	5 unidades
Argola	4 unidades
Memória	3 unidades
Brinco	2 unidades
Anel	1 unidade
Corrente	1 unidade
Cruz de chapa	1 unidade
Figa	1 unidade
Santo Cristo	1 unidade
São Bento	1 unidade
São Brás	1 unidade

Fonte: Inventários post-mortem. IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

[...] um par de botões de ouro de filigrana pequenos de camisa com um Espírito Santo esmaltado que tudo tem de peso uma oitava e três coartos avaliada cada oitava a mil e coatrocentos réis que emporta dois mil e seiscentos e vinte e cinco réis (IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (03)36. Coronel Antonio de Sá Barbosa, 1734.).

Outro inventário que esclarece uma das funções do botão foi o do preto forro Custodio de Almeida Faria. Casado com a preta forra Josefa de Souza da Cruz, esse homem teve seu inventário feito em 7 de junho de 1746. Nele consta, além de várias peças de ouro e prata, “*outros pares de botões de punhos, com pezo de duas oitavas e meia a mil e quinhentos réis*” (IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (021) 28. Custodio de Almeida Faria, 1746). Mas, a maioria não especificou o uso, sendo

assim, não podemos aferir a quantidade desses botões que foram ligados ao vestuário ou ao adorno corporal.

Recorrendo ao dicionário de Rafael Bluteau, ele escreveu que “Botam, [é uma] bolinha de metal ou paosinho esférico envolto em pano, ou em fios, o qual serve de ajuntar huma parte da vestidura com outra” (BLUTEAU, 1712, p. 168). Outros autores, como Antonio de Moraes Silva (1818) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832) explicam que o botão é uma peça do vestuário. Porém, na joalheria portuguesa, o botão é um brinco de pequena dimensão.

Uma pista do uso do botão como ornamento de orelha, aparece no testamento de Manoel Domingues de Azevedo, português, natural da Freguesia de São João da Vila, Arcebispado de Braga, que registrou seu testamento em Sabará, em 1741. Nele, além de declarar que era solteiro e que tinha um filho com a escrava de nome Esperança, esclareceu que algumas joias de sua posse eram da mãe do seu filho. Ele declarou que

[...] dois botois ou brincos (ilegível) ou cruz, dois pares de botois de prata, tudo eh da dita preta Esperança que o agenciou de tudo [e] se lhe entregara [o conjunto] que eh seu e que não deve entrar em meu inventário [...] (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST. (04) 09. Manoel Domingos de Azevedo, 1741).

Rosa Mota insiste que os botões são considerados somente como brincos de pequena dimensão, utilizados até hoje na região do Minho, como sendo os primeiros brincos usados pelas meninas, sequer cogitando outra possibilidade de uso (MOTA, 2011, p. 48). Mas lembremos que na documentação pesquisada, o botão é uma peça de vestuário e foi usado não de forma corriqueira e sim em eventos públicos, onde pudessem ser vistos por uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo. Mota não errou em caracterizar o botão como ornamento de orelha, porém tal ornamento foi considerado como brinco a partir do final do século XIX.

O segundo objeto mais presente entre os bens listados nos inventários setecentistas foram os brincos. Os mais usuais eram os de ouro, com aljófares ou diamantes, os brincos a rei, largamente utilizados no adorno das santas, as argolas, arrecadas e os botões. Dos brincos listados, encontramos 46% deles em inventários de homens.

Encontrar brincos nos inventários masculinos pode nos indicar que se encontravam penhorados com eles. Alguns inventariados, como Mathias de Crasto Porto, o Capitão Manoel Lopes Machado e o Tenente Custódio José de Almeida, possuíam, no rol, não só brincos, mas também laços,

braceletes, broches em filigrana, todos, indubitavelmente, ornamentos corporais femininos. Uns aparecem listados como “ouro lavrado penhorado”, outros não estão descritos assim, o que nos leva a crer que não foram resgatados, passando, desse modo, a fazer parte do patrimônio de quem os recebeu como penhor.

No inventário de Custódio José de Almeida, encontramos “*um par de brincos de prata com pedras vermelhas falsas, avaliado em \$900*” e, “*seis pares de brincos de cristal encastados, avaliados em 3\$300*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08) 89. Tenente Custódio José de Almeida, 1793). Como era solteiro, essa condição podia indicar uma pessoa que via as joias como pecúlio e como um investimento seguro. Por outro lado, algumas dívidas podem ter sido pagas com tais ornamentos. Em se tratando de uma penhora, se o devedor não quitava a dívida, na forma da lei, a coisa penhorada era apropriada pelo credor.

Encontramos listados nos inventários mais de trinta modelos de brincos. Entre eles, destacamos os brincos de ouro, de diamante, de prata, de ouro com diamantes, brincos com pedras falsas, brincos de aljôfares, brincos esmaltados e brincos especebeque. Além disso, percebemos a presença de outros modelos de brincos que enfeitavam as santas.

O fato de o brinco ser a segunda peça de ourivesaria preferida na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII difere do que acontecia em outras regiões do reino. Em Portugal, mais precisamente no Minho, as mulheres andavam sempre com brincos. Era o primeiro ornamento que elas adquiriam e funcionava, também, como amuleto, como afirma Mota:

Os brincos, tal qual o sanselimão, a figa e o trevo funcionavam como um amuleto. Os ouvidos, mais que outras partes do corpo, precisavam de muita proteção, pois são orifícios que estão permanentemente abertos ao exterior e, portanto, muito vulneráveis à entrada de maus espíritos, ou à saída dos bons que no corpo eventualmente estivessem alojados. (MOTA, 2011, p. 196)

Percebe-se que na Sabará do século XVIII esse ornamento foi importante, pois podemos flagrar na documentação uma vasta informação sobre quais brincos eram de uso cotidiano, já que foram listados “brincos quebrados” ou “*brincos com seu uso*” ou, até mesmo, “*um brinco*”.

É bem provável que o brinco foi para alguns moradores de Sabará mais que um adorno. Em alguns casos, pode ter sido usado como talismã e para outras pessoas o brinco foi usado como reserva de valor, sendo empenhado ou vendido em épocas de aperto financeiro.

Avançando um pouco no tempo, o Brasil do século XIX, mais precisamente no Rio de Janeiro, o viajante Thomas Ewbank, um protestante norte-americano que visitou a cidade, se encantou com a quantidade de ornamentos que as mulheres desfilavam nas ruas. Diante disso, ele escreveu: “pode haver uma sugestão filosófica no brinco” (EWBANK, 1976, p. 105). Não estava enganado, já que mencionou esta sugestão filosófica ao visitar a Rua dos Ourives e lá, flagrou uma vasta gama de amuletos, das mais variadas formas e materiais (PAIVA, 2006, p. 218).

Analisando a quantidade dos brincos disponíveis nos inventários, percebe-se que as pessoas que se utilizaram do expediente do penhor ou da venda direta, fizeram-no de maneira diferenciada das mulheres do Minho. As mulheres daquela região utilizavam os brincos como principais ornamentos corporais. De acordo com Mota, “a primeira peça a integrar o espólio de uma mulher eram os brincos” (MOTA, 2008, p. 195). Desde criança, os brincos faziam parte do universo feminino, a ponto de, mesmo sendo obrigada a se separar deles, principalmente quando eram usados como, para conseguir saldar uma dívida, ela entregava apenas um brinco, devido ao peso social que esse ornamento possuía. Assim,

[...] toda aquela que em público tivesse as suas orelhas despidas seria apelidada de mulher fanada. Quando a mulher se via obrigada a empenhar uma jóia e tendo que ser o brinco por não haver peça de maior valor, ou por não possuir outra, começava por empenhar só um, e tapava com o lenço a orelha nua ou inventava pretextos de doença numa orelha para justificar o facto de trazer só uma peça (MOTA, 2011, p. 48).

Nos documentos, pode-se perceber que os brincos em Sabará, no século XVIII, não foram as primeiras peças escolhidas para penhora, talvez devido ao apreço a essa peça; os botões foram mais penhorados. Encontrei apenas dois brincos descritos com este fim.

Um brinco esmaltado de azul com um pendente de cristal, outro dito do mesmo esmalte com seu pendente do mesmo ouro, umas argolinhas com uma figa por pendente, outra argolinha com uma meia lua, duas figuinhas por pendente do mesmo ouro que tudo tem de peso seis oitavas e doze vinténs, penhores do ajudante Manoel Gonçalves Cruz, avaliados cada oitava a mil e duzentos réis emporta a dinheiro 7\$650 (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (02)19. Mathias de Crasto Porto,1742).

Porém, os brincos podem ter sido usados como pecúlio para alguns que, em tempos difíceis, desfaziam-se deles. Essa hipótese explicaria o

fato de um comerciante, assassinado em 1793, possuir entre seus bens pessoais, a maior quantidade de brincos listada de uma só vez em inventários. Possuía o rico comerciante vinte e dois pares de brincos, sendo, como já mencionado anteriormente, “*onze pares de brincos especebeque*” (IBAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08) 89. Tenente Custodio José de Almeida, 1793).

Dessa maneira pode-se suspeitar, então, que as orelhas eram as partes do corpo que as mulheres mais adornavam e o brinco fazia parte do dote ou da reserva de valor na sociedade setecentista, além de “acompanhar todos os ritos de passagem na vida de uma mulher” (SILVA, 1989, p. 114). Na Comarca do Rio das Velhas preferiram-se os brincos de ouro, sendo listados 33% de objetos deste tipo. Os com aljôfares, preferência das mulheres brancas, eram 26% do total e os que tinham diamantes também eram frequentemente usados para se ataviar as orelhas femininas. Do total, 57% dos brincos estavam listados em inventários masculinos, o que pode significar que os homens, mesmo presenteando suas esposas, ficaram com a posse deles, ou recebiam os brincos como garantia de empréstimos.

Deve ser esclarecido aqui que, brincos, em pares, referem-se sempre a ornamentos para as orelhas. Já o brinco, singular, pode ser um tipo de ornamento que se usa como se fosse um broche. Como os louvados não esclareceram qual o tipo de brinco estavam listando, vamos considerar que essa peça fosse de uso nas orelhas, a menos que os louvados fizessem a descrição do brinco de peito, broche ou joia, como definiu Bluteau (BLUTEAU, 1712, p. 193).

A terceira peça mais utilizada para o ornamento foi o cordão, que está listado em 34% dos inventários. Vale lembrar que em alguns desses documentos aparecem mais de um cordão. Novamente, no inventário de Mathias de Castro Porto estão listados oito pares de cordão em ouro, todos penhorados pelo Coronel Faustino Pereira da Silva.

Dona Jacinta Helena Barbosa, a quem já nos referimos por ser a única em cujo inventário aparece o termo “*joya*”, também foi possuidora de seis cordões de ouro, sendo cinco de “ouro grosso”, que variavam de quinze a sessenta e duas oitavas, e um de “*ouro fino pesando trinta e cinco oitavas*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 03. D. Jacinta Helena Barbosa, 1728).

Ana da Silva, crioula forra e solteira, possuía, em seu inventário, seis cordões de ouro. Quatro deles aparecem listados separadamente e outros dois foram listados assim:

[...] huma cruz de filigrana com suas voltas de cordão com o peso de tudo de sete oitavas e três coartos de ouro emporta pela avaliação de mil e coatrocentos réis a oitava em dez mil oitocentos e cinquenta réis. Um feito da imagem de Nossa Senhora da Conceição com sua volta de cordão que tem de peso nove oitavas e três coartos avaliada cada oitava a mil e coatrocentos réis emporta treze mil seiscentos e cinquenta réis (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (25) 5. Ana da Silva, 1731).

Orelhas, pescoço e colo eram as partes preferidas para os adornos, juntamente com peças do vestuário, como camisas, punhos para os homens e algumas camisas para mulheres, nas quais usavam os botões. Já os ornamentos em ouro e prata para dedos, pulsos e braços são os que menos aparecem.

Os anéis foram apreciados na Comarca do Rio das Velhas, porém menos que os botões, os brincos e os cordões. A preferência foi pelo anel de ouro com pedras: diamantes, ametistas, crisólitas ou identificadas como “pedras vermelhas” ou “pedras falsas”. Como já mencionado, não era a peça preferida para penhor, mas era peça mais usada no universo masculino que no feminino.

Provavelmente, o anel não era um adorno tão apreciado em função da dificuldade que ele proporcionava no manuseio de qualquer coisa, ou seja, podia impedir algum trabalho mecânico. Como a maioria estava em posse dos homens, pode-se inferir que eram anéis que sugeriam algum tipo de distinção social; muitos deles tinham pedras cravadas ou eram bem trabalhados com a técnica de filigrana. Poucos anéis de prata foram encontrados na documentação, evidenciando que esse material, nessas peças, não recebeu muita atenção dos habitantes de Sabará.

Os anéis que se encontram no acervo do Museu do Ouro, em Sabará, sugerem que esse tipo de ornamento não era utilizado no cotidiano, em função do tamanho e do peso aferido. Outra pista que temos de que os anéis não eram muito utilizados reside no fato de que não houve nenhum inventário consultado em que fosse descrito que o anel estava “*com seu uso*”, “*quebrado*” ou faltando pedras, como muitas peças foram listadas: um “*par de brincos, um deles quebrado que tem metade de ouro*”, listado no inventário de Manoel Martins (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (06) 54. Manoel Martins, 1771) ou o “*cordão de ouro com seu uso*”, do morador do sítio Água Clara, freguesia de Curral Del Rei, o Sr. Domingues Fernandes, morto em 1773 (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (06) 65. Domingos Fernandes, 1773).

Os anéis que temos como exemplos eram grandes e pesados. Mesmo os anéis vistos em museus portugueses, já que muitas peças usadas na Comarca do Rio das Velhas tinham como referência visual as usadas em Portugal, também aparentavam ser de tamanho e peso incompatíveis com funções que obrigavam o uso das mãos por muito tempo. Mas, poderia haver anéis mais leves, menos elaborados, sem muita pedraria, como o que possuía a parda Maria Mansa da Conceição, que foi avaliado em \$600 (seiscentos réis), devendo ter de peso menos de dois gramas de ouro. Mas as peças listadas nos documentos passam de seis gramas de ouro.

As contas de ouro ou mesmo de prata também foram registradas nos inventários e testamentos produzidos em Sabará. A preferência por esse tipo de adorno era quase exclusivo de mulheres. Entre elas, parece que as negras investiram mais nesse objeto.

A quantidade significativa de contas pode ser vista como uma forma de pecúlio, já que muitas não se encontravam na forma de colares ou em fios, como se costuma perceber na descrição de viajantes e autores que pesquisaram os ornamentos do século XVIII. Rosa Maria Mota nos mostra que as contas foram importantes na região do Minho, ocupando o segundo lugar na preferência feminina: “O colar de contas – uma das peças mais emblemáticas deste conjunto de joias – era o segundo ouro que se comprava” (MOTA, 2008, p. 197).

O mesmo, entretanto, não acontecia na Comarca do Rio das Velhas do século XVIII, já que poucos foram os inventários que listaram as contas agregadas a fios ou em colares. Muitas dessas contas estavam soltas, como as da parda Esperança Pereira do Lago, que possuía “*quarenta e nove contas de ouro*” soltas, já tendo, segundo os louvados, “*umas contas de ouro maciço*” avaliadas em 6\$300 (IBRAM/Museu do Ouro – Casa Boba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago, 1793).

Apesar de a maioria das contas se apresentarem soltas, sejam elas em ouro ou em prata, havia muitas contas enfiadas, e as mulheres foram as que mais guardaram esses pequenos objetos. As contas, que poderiam ser compradas uma a uma eram facilmente encontradas em outras partes da Colônia, como em Salvador (GODOY, 2006), onde desde o século XVII, negras, crioulas e mestiças utilizaram-nas de tamanhos variados, com duas e, às vezes, três voltas no pescoço, já que não há número fixo de contas para a composição de cada colar.

Outras peças em ouro encontradas nos inventários setecentistas foram os crucifixos, as imagens de santos, as argolas, braceletes, além de

memórias, rosários em ouro e em prata, verônicas de São Bento, cruzes peitorais, sem esquecer-se das peças produzidas em coral, aljôfares e em âmbar. Dessa lista, algumas não eram apenas de ornamentos, mas também símbolos de proteção, como as imagens, joias que denotam devoções, que evocam proteção espiritual e que, às vezes, foram listadas como “*feitio de imagem*”. Esses objetos devocionais de variados tamanhos eram, geralmente, feitos em forma de pingentes para serem pendurados no cordão que envolvia o pescoço ou mesmo em pulseiras.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição foi a preferida entre os que possuíam esses objetos, afinal, era a padroeira da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Dos inventários lidos, verificamos que em 12% deles, a imagem apareceu listada. A falta de detalhes sobre o tamanho nos leva a crer que eram pequenas. Tal pista nos é dada na descrição que as peças recebiam, como está no inventário da preta forra Maria Parreiras, no qual aparece a descrição de “*uma imagem da Conceição de ouro com dois cordões grossos de ouro que tem de peso vinte oitavas*” (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 68 Maria Parreiras, 1733) ou mesmo de “*um feitio de Conceição de ouro com uma volta de trancelim*”, descrito no inventário de Fernando Pereira Guimarães (IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (05) 52 Fernando P. Guimarães, 1763).

Outras imagens de santos e santas também foram comuns nas Minas Gerais, como São Bento, Santa Luzia, Nossa Senhora das Dores, São Brás, Nossa Senhora do Rosário, além dos vários crucifixos, cruzes e verônicas. As joias com motivos religiosos se mesclam com amuletos e talismãs, como já citado, demonstrando mais uma vez a variedade tipológica e, mais que isso, o trânsito cultural, tão marcado não só na Comarca do Rio das Velhas, mas também nas Américas Portuguesa e Espanhola.

Há de se destacar, aqui, que as peças encontradas nos inventários podiam ser também uma forma de entesouramento ou com a finalidade de demonstrar o poder de compra, o que explica o uso de expressões do tipo “com pouco uso”. Às vezes, os ornamentos eram comprados por estarem ligados de alguma forma à tradição e à ancestralidade, como nos casos dos descendentes de africanos ou dos senhores e senhoras que tinham algum vínculo cultural com a Metrópole.

Houve certa timidez na descrição das joias na documentação pesquisada, diferentemente da riqueza de detalhes sobre as que circulavam em alguns centros produtores de ourivesaria como Guimarães, Porto e Lisboa. Os louvados as descreveram mais detalhadamente aí.

O inventário das peças de ouro do Bispo do Porto, D. Frei Antonio de Sousa, demonstra a riqueza de detalhes de cada peça. Ele foi prelado da diocese portuguesa entre 1757 e 1766 e nele aparece a descrição de

[...] hum anel de ouro goarnecido com dezasseis deamantes brilhantes em sirkullo e hum grande no meyo e todos cravados em prata que peza e Valle conforme a certidão do ensayador e contraste ou ouro ao diente junta duzentos e quarenta mil reis. (SOUSA, 2008, p. 205)

O documento do referido Bispo contém, ainda, 4 anéis, três cruzeiros, uma taça com trabalhos de ourivesaria e pedraria “púcaro” assim descrita:

[...] hum pucaro de unicornhe goarnecido de felagrana de ouro e atras do mesmo ouro brilhante com rubins em toda a volta da mesma goarnição que peza e Valle conforme a mesma certidão vinte e oito mil e oitocentos reis. (SOUSA, 1999, p.206)

Mas não quer dizer que, em todos os inventários podem ser encontrados descrições como essas e nem mesmo esse documento garante uma perfeita visibilidade. De acordo com Sousa, que fez um levantamento das peças de joalheria que constam no inventário de Paulo Luís de Melo Pereira e Sampaio, feito em Guimarães, foi encontrada a seguinte descrição: “*Huma goia antiga de finagrana*” e na linha de baixo, “*Huma goia de diamantes*” (SOUSA, 1999, p. 237).

Os inventários mineiros, às vezes, trazem descrições desconcertantes, como as do rico comerciante de Sabará, Manoel Dias Borges que possuía um “*anel de filigrana com suas pedras falsas*” (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 09. Manoel Dias Borges, 1734), que não se pode aferir de que tipo, cor ou tamanho de pedra utilizada ou “*dois pares de gromixas e canotilhos de prata*” descritas no inventário de Mathias de Crasto Porto (IBRAM-Museu do Ouro Sabará/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto, 1742). Isso quando os louvados não descreveram as peças, limitando a escrever apenas os pesos ou os valores, como as “*cento e setenta e duas oitavas de ouro lavrado em várias peças*”, de João Mendes da Cunha (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (05) 53. João Mendes da Cunha, 1763). Os

avaliadores, nesse inventário, não deram detalhes das peças em ouro, mas detalharam a condição de cada escravo, se eram casados, se possuíram filhos, quais eram sadios e quais estavam doentes, entre outras. Mas esse tipo de informação, de juntar todo o ouro lavrado e não discriminar cada peça não foi tão usual. Podiam não ser tão detalhados a ponto de se poder aferir o gosto de determinada época ou a mudança nas técnicas, mas sempre que possível informavam algumas propriedades importantes nas joias, como quantidade e qualidade de pedras usadas na lapidação ou mesmo algumas técnicas, como a filigrana, o martelado ou o cinzelado.

Com a descoberta do metal e das gemas mineiras houve uma mudança significativa na feitura, no porte e no comércio das joias. Como já citado, o Brasil contribuiu, inicialmente, com a diversidade das cores de algumas gemas, de valores mais baixos, que foram utilizadas pelos hábeis ourives e cravadores, mas que não melhorou muito a relação entre os louvados e as gemas, sendo que muitos ornamentos corporais foram listados não com o nome das pedras e sim com a cor delas. A lapidação também sofreu alterações profundas com a entrada das pedras que antes vinham da Índia e do Sudeste asiático.

Após a chegada dos 514 quilos de ouro em Lisboa, em 1699, houve uma intensificação na prospecção do mineral no interior da América Portuguesa e, mais tarde, após 1725, foi a vez dos diamantes começarem a chegar em Portugal. A quantidade de gemas foi tal que na década seguinte, o preço dos diamantes sofreu quebras significativas, o que levou a Coroa a tomar providências para salvaguardar os seus proventos.

Essa contribuição das gemas no campo da joalheria fez com que as pedras transmitissem maior brilho. Em termos técnicos, a lapidação, antes da segunda metade do século XVIII, baseava-se no talhe de 24 facetas. A nova lapidação passou para 58 facetas, permitindo que a luz entrasse pela coroa (parte superior da pedra), fosse refletida internamente na parte inferior (pavilhão), fazendo a pedra ficar mais luminosa e brilhante.

O topázio, encontrado na antiga Vila Rica, cuja cor variava do laranja ao vermelho, foi gema importante nas mesas dos ourives e lapidários portugueses. Essas gemas receberam dos cravadores, o apelido de “rubis brasileiros” (GALOPIN, 2008, p. 35) e ganharam forte apreço da joalheria portuguesa. O diamante, entretanto, foi a pedra com maior impacto na joalheria europeia do século XVIII. Nos documentos pesquisados, pode-se destacar o gosto pelos diamantes de dimensões reduzidas, conhecido por “olhos de mosquito”. Também denominado “*lasquinba*”,

essa gema foi a preferida para adornar brincos, cruzeiros peitorais e anéis, como o “*anel de ouro com uma pedra falsa cor de jacinto com diamantes olhos de mosquito*” ou os “*brincos de ouro com seus aljôfares e diamantes olhos de mosquito*”, ambos pertencentes ao demente Antônio Gonçalves Ferreira (IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (04) 47. Antônio Gonçalves Ferreira, 1758).

As gemas que adornavam orelhas, pescoços e colos femininos em Lisboa e no Porto e demais centros produtores de peças para a joalheira saíam, na maioria das vezes, das jazidas de Minas Gerais. A grande utilização dessas pedras se deu a partir do final do século XVIII, quando houve uma maior facilidade em se obter lotes delas. A utilização dessas gemas, porém, mudou o desenho das peças, cujas pedras tiveram os talhes alterados, como já citado, assim como houve maior utilização de folhetas na tentativa de reavivar ou modificar suas cores. Por esse último motivo, podemos interpretar que as “pedras falsas” que aparecem nos documentos ou mesmo a indicação da coloração das pedras somente podem ser frutos dessa técnica de folhetas.

O impacto cromático na joalheria portuguesa, em função das gemas coradas que foram descobertas no Brasil, perdurou por muitas décadas após as primeiras manifestações. A renovação nos adornos corporais ficaram por conta das ricas encomendas após a segunda metade do Setecentos, com peças que variavam de joias de toucado a peças de adorno de mãos ou de imponentes laços e elegantes brincos, como os que enfeitavam a princesa Dona Maria Francisca Benedita, que ao morrer, em 1829, teve as joias avaliadas em 50:781\$200 (cinquenta contos, setecentos e oitenta e um mil e duzentos réis).

O Porto constituiu-se num importante centro produtor de peças de adornos corporais e grande parte dessa produção, deduz-se, pode ter vindo para o Brasil, um dos vários mercados que absorviam a produção. Mesmo sendo uma região com metais e pedras preciosas, a Colônia dependeu dos ourives de além-mar, como descrito em uma certidão produzida no Porto, de 15 de outubro de 1783. Foi um termo, em forma de acordo entre os ourives, que firmava:

[...] de hoje em diante para todo o sempre os juizes atoais e os que forem sosedendo para o tempo adiante não levem couza alguma de paçar as sertidos neçesarias para os despachos que se qui<ze>rem fazer para os Brazis aquelles que quizerem embarcarem fazendas de ouro e praya é diamantez e pedras persiozas e estas feitas pellos ditos ourives desta cidade e seu termos. (SOUZA, 2005, p. 45)

Vários ourives portugueses já enviavam peças de joalheira para serem vendidas em território brasileiro. De acordo com Sousa, a maioria da carga foi destinada ao Rio de Janeiro e daí seguia viagem pelas mãos dos vendedores. Joias remetidas, por exemplo, pelo ourives de ouro João Alves Vieira, foram consignadas a “Joze Caetano Ferreyra São Payo”, que as levou até a região das Minas Gerais, entregando-as ao alferes Manoel Lourenço de Barros (SOUSA, 2005, p. 46).

Outras cargas de joias foram remetidas por Inácio Pereira Raposo, entre 1770 e 1771. De acordo com Sousa, essas remessas, em número de quatro, indicavam a relevância deste mercado de joias no Brasil, principalmente de peças “identitárias de um estatuto social, cuja complexa teia comportamental se catapultou em Setecentos, consumiam adornos preciosos oriundos de manufatura reinol” (SOUSA, 2012, p. 440).

O comércio de ornamentos entre Portugal e Brasil rendeu muito aos ourives lusitanos e contribuiu para o desenvolvimento da ourivesaria brasileira, pois as peças que aqui chegaram, serviam de repertório criativo para os ourives, cravadores e outros profissionais do ofício da ourivesaria, com se pode ver no quadro reproduzido abaixo, a partir dos estudos de Sousa (2005, p. 50-51).

QUADRO 17

Carregamento de joias para o Brasil, enviadas por João Alves Vieira (1768).

Quantidade	Descrição
20	Laços de ouro cravado de diamantes
01	Laço de ouro cravado de diamantes de cruz
04	Pares de brincos de ouro com diamantes
01	Caixa com laço e brincos de diamantes em prata
02	Adereços de laços de brincos de diamantes em prata
02	Adereços de laço e brincos de diamantes em prata, com meios encarnados
01	Adereço de flores encarnadas e os meios com topázios

Quantidade	Descrição
02	Pares de estrelas encarnadas e os meios roxos
01	Par de estrelas encarnadas
10 (em um embrulho)	Relicários de prata
36 (em um embrulho)	Relicários de prata
18 (em um embrulho)	Anéis encarnados
200 (em um embrulho)	Pares de pedra de britos (sic)
100 (em um embrulho)	Pares de pedras de folha
40 (em um embrulho)	Jóias de botões de pulso
01 *	Anel de ametista encarnada e dois diamantes nos lados em ouro
01	Anel de ametista roxa
01	Anel com círculo de diamantes e pedra roxa no meio
01	Anel com círculo de diamantes e pedra encarnada no meio
01	Anel de ouro e diamantes
01	Anel de topázio encarnado e diamantes
01	Anel de coração diamantes e ruis
02	Anéis de amor-perfeito
10	Anéis de topázio
01	Anel de topázio em ouro
03	Anéis de pedra encarnada no meio
01	Anel de ametista roxa e diamantes
02	Anéis de ouro circulado e pedra verde no meio

*Todos os anéis listados a partir de então encontravam-se em uma caixa.

Considerações finais



Nessa trajetória do uso das joias na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará durante boa parte do século XVIII e princípios do século XIX, percebemos que, ao contrário do que destaca a historiografia referente à joalheria produzida e usada na Bahia, não houve, na região das minas do ouro, uma joalheria dedicada às negras (pretas, crioulas e mestiças). A sociedade mineira foi acostumada a ver ornamentos nos vários estamentos sociais, inclusive as joias que as mulheres desfilavam na Corte, foram flagradas também em Sabará, nos corpos de muitas mulheres não-brancas.

A massa documental analisada apontou para uma sociedade que se valeu das joias não só para o atavio, mas que também usou as peças de joalheria como pecúlio, como pagamento de dívidas contraídas por empréstimo e, principalmente, que usou algumas joias para dirimir seus anseios, afastar maus olhados e ficar mais próxima da salvação divina. São pelas joias também que entendo o universo cultural da Comarca do Rio das Velhas, onde os acordos, pagamentos de dívidas, manifestações religiosas, crenças, relações políticas, trânsito e mobilidade sociais, práticas e representações, tudo isso acontecia tendo também os ornamentos corporais como fio condutor.

Houve aquelas que usaram as joias para demarcar sua posição social e econômica ou mesmo como símbolo de conquista, principalmente em se tratando das libertas, que possuíram entre seus bens escravos, imóveis, trastes de casa e produtos interditados por leis inoperantes, como saias de seda e adornos com pérolas e ouro. Vários foram os exemplos dessa subversão, incluindo nesse rol a atuação de ourives negro nas Minas Gerais do século XVIII. E mesmo não podendo comprovar a clientela

desse referido ourives, ele certamente produziu joias para mulheres e homens de todas as “qualidades” que viveram naquela região.

As escolhas das joias foram determinadas coletivamente, respeitando um gosto momentâneo, o que fez com que as mais utilizadas naquela sociedade representassem, de tempos em tempos, alguma necessidade. As pessoas fizeram variados usos das joias, como o atavio ou como objetos de proteção. Além disso, algumas joias foram usadas como símbolo de poder, principalmente quando associadas ao uso de ornamentos corporais pelos governantes e poderosos na África Ocidental, como o coral.

Materiais, como o coral, o aljofre e o âmbar, foram trazidos para o Novo Mundo não só pelas mãos dos comerciantes portugueses, mas também pelas mãos dos escravos, que transportaram crenças ancestrais e as perpetuaram nas Minas Gerais. Esses materiais receberam em cada contexto espaço-temporal outras associações, outros significados, formatos e usos, mas, ainda assim, não deixaram de guardar antigas definições. Então, mulheres que possuíam e usaram em público as joias com esses materiais, de alguma forma, podiam estar guardando, mesmo que involuntariamente, tradições antigas que atribuíam a eles elementos de proteção ou poder de cura (ALMEIDA, 2010, p. 150).

As mulheres brancas se adornavam também com ornamentos que foram feitos com esses materiais, que, muitas vezes, foram considerados mágicos. Por outro lado, as mulheres não-brancas também investiram nos tipos de joias que eram usadas pelas elites brancas, como arcaçadas, broches, alfinetes de cabeça, laças e outros ornamentos feitos com técnicas mais refinadas, como a filigrana.

Na Comarca do Rio das Velhas, durante o século XVIII, acompanharam-se as mudanças no vestir e no ornar que ocorriam na Europa e no Brasil. Quando as riquezas aumentaram, os produtos que abasteciam a região mineradora se diversificaram e o lucro aferido nas transações começou a fazer a diferença. Se antes a maior parte dos investimentos era direcionada à aquisição de escravos, de equipamentos de trabalho e à moradia, com a diversificação econômica e a quantidade de pessoas de várias “qualidades” e “condições” chegando, a situação sofreu mudanças. O estatuto das aparências ganhou importância, aliado ao da consideração social, que, havia tempo, ocorrera na sociedade europeia, forçando, inclusive, medidas para conter o luxo exagerado, como as Leis Suntuárias.

Mas, além do perfil europeu, deve-se ressaltar que as mulheres e os homens livres que moraram nas Minas Gerais do século XVIII não

ficaram imunes a outras influências, como, por exemplo, o gosto de escravas e libertas com relação aos adornos. Por isso, muitos fios de coral e colares de contas estavam entre as posses de muitos homens e mulheres brancos. Como não perceber a diversidade de peças de propriedade de Catherina de Barros, preta forra, que possuía tanto peças de coral quanto joias usadas pelas mulheres brancas na Corte Portuguesa, além de duas saias de seda preta? (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 05. Catherina de Barros, 1731). Como não se sentir instigado diante do inventário de Esperança Pereira do Lago, parda, casada, que mesmo preferindo investir em peças religiosas, como verônicas e imagens do Menino Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, ainda assim exibia fios de corais, brincos de aljôfares e contas de ouro? (IBRAM-Museu do Ouro – Casa Boba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago, 1793)

As joias que invocavam proteção também faziam parte dos bens de várias mulheres livres e de muitos homens ricos da Comarca do Rio das Velhas, já mencionados ao longo do texto. Foi o caso de Jacinta da Rocha de Crasto, casada e possuidora de cinquenta e quatro aljôfares e de Clara Josefa, branca, casada, que possuía um fio de corais engranzados em ouro com uma dúzia de corais.

A sociedade mineira do século XVIII foi palco de forte intercâmbio cultural, já que a população branca também influenciou o gosto por ornamentos de parcela dos escravos, dos libertos e dos não-brancos nascidos livres. Nos inventários podemos flagrar um investimento maior das forras em joias de qualidade técnica extravagante, além dos muitos e variados objetos de cunho religioso. As forras mesclavam suas posses entre religião e magia, às vezes fundindo ambas em uma só peça, como os olhos de Santa Luzia, que pretensamente protegiam o usuário contra o mau-olhado, como o coral.

A transversalidade foi a característica marcante da sociedade mineira no trato com a joalheria. As adaptações foram igualmente praticadas, como padres portando corais ou anéis com propriedades mágicas, capitães com figas e outros berloques que sugeriam proteção, pretas, crioulas ou mestiças possuindo arrecadas, laças e outras peças filigranadas, ao mesmo tempo em que possuíam a maior quantidade de coral encontrada entre inventariados e testadores investigados.

O trânsito de objetos, culturas, saberes e pessoas fez de Minas Gerais uma rota que deve ser pesquisada ainda mais. Não só joias, mas

a enorme gama de produtos provenientes de outras partes do mundo passaram pelos caminhos, trilhas e picadas mineiras.

Esta região foi responsável por uma certa democratização do uso e do gosto das joias. A maioria dos ourives ou joalheiros que atuavam em Minas Gerais era composta por portugueses, que não discriminavam ou escolhiam clientes. E a possibilidade de usar joias diversas, com técnicas mais ou menos apuradas, ajudou a fazer das Minas Gerais uma das regiões mais diversificadas da Colônia, mesmo com as pressões sofridas pelos ourives por parte dos administradores.

A proibição do ofício de ourives em Minas Gerais não surtiu o resultado esperado pelos governantes. Os descaminhos do ouro aconteciam à revelia da lei. Foram várias as determinações legais que tentaram inibir a prática do contrabando e as autoridades julgaram que a ausência de ourives impediria o descaminho do ouro e da pedraria, o que não ocorreu. Aliás, outros artífices e oficiais estavam aptos para o trato com o ouro. Os joalheiros, que não aparecem na documentação pesquisada, talvez tenham atuado em terras mineiras. Outros que trabalharam o metal eram os ferreiros e os latoeiros, sendo que o ponto de fusão do latão é próximo ao do ouro e a fundição dos metais e a manuseabilidade não se diferem um do outro.

Mesmo com a proibição do Alvará de 20 de outubro de 1621, pelo qual “nenhum mulato, negro ou índio, mesmo liberto, podia exercer o cargo de ourives”, sabemos que a necessidade da vida colonial levava os ourives a terem em suas oficinas escravos ou forros para os trabalhos mais banais e o fazer dos artífices era reparado de perto pelos aprendizes ou pelos escravos. Então, a possibilidade de um desses aprendizes ou de um desses escravos aprenderem o ofício era grande, como no já citado caso do oficial de ourives Manoel Macedo Guimarães e de seu escravo Domingos Angola.

As joias abrem inúmeros caminhos de estudos sobre o mundo colonial. Elas estiveram associadas a formas de sociabilidade e a estratégias de distinção social, tanto pelo seu uso quanto pela divulgação do gosto por elas. Grupos ou indivíduos atribuíram poder aos símbolos e escolheram algumas joias como símbolo de poder, como bem analisou Paiva (PAIVA, 2006, p. 217). Este trabalho pretende ser mais um esforço historiográfico no sentido de melhor conhecer essas histórias.

Referências

Acervos e fontes documentais

APM CMS – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Câmara Municipal de Sabará (Fundo Arquivístico).

APM SC – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Seção Colonial (Fundo Arquivístico).

IBRAM-Museu do Ouro/Casa Casa Borba Gato. Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício. Sabará – Minas Gerais.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte).

Biblioteca da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (Belo Horizonte).

Biblioteca da Casa Borba Gato – Sabará, MG.

Biblioteca Nacional de España.

Museu do Ouro – Sabará – Minas Gerais.

Museu Carlos Costa Pinto – Salvador – Bahia.

Museu de Artes e Ofícios – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Museu Mineiro – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Fundación Lázaro Galdiano – Madri.

Museo de América – Madri.

Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa.

Museu do Oriente – Lisboa.

Palácio Nacional da Ajuda – Lisboa.

Documentos transcritos e impressos

Ordenções Filipinas, Livro 4, título LXXXI. Para os inventários, as determinações estão regidas também nas mesmas Ordenações, no Livro I, título LXXXVIII.

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D’El Rey D. Philippe. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto

Dicionários

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico*, Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. [<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>]

Pe. d. Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Ed. fac-simile, CD-Rom, Rio de Janeiro, UERJ, s.d.).

CARDOSO, Jerónimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*. Ulissypone: ex officina Ioannis Aluari, 1562. [<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/28302.html>]

HOUAISS, Antonio. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* [1ª edição em Lisboa, Oficina de Simão Ferreira, em 1789, 2v.]

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.



Textos religiosos.

BIBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução por Padre Francisco Zbick. Rio de Janeiro: Paunape, 1980.

HAYEK, Samir El. *O Alcorão*. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/alcorao.htm>.



Livros, teses, dissertações artigos e capítulos de livros.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.54 a 96.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALVES, Adriana Dantas Reis. As mulheres por cima. O caso de Luzia Jeje. *Escravidão, família e mobilidade social. Bahia, c. 1780 – c. 1830*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.

ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1962.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARBETETA MIRA, Letizia. *La joyería española: de Felipe II a Afonso XIII*. Catálogo. Edición, Nerea S.A.. Ministério de Educación y Cultura. Madrid: 1998.

BARBOSA, Duarte. *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Referências

BARRETO, Luís Filipe. *Em torno de Duarte Barbosa*. Novos dados bibliográficos, In: Broteria, Lisboa, 111 (5) Novembro de 1980.

BAUDRILLARD Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 2007.

BLIER, Suzanne Preston. *African Vodun, art, psychology, and power*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995.

BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo. Árvore da Terra, 1999. p. 55.

BURY, Shierley. *An introduction to sentimental jewellery*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1985.

CABRERA, Lydia. *Iemanjá & Oxum: iniciações, Ialorixás e Olorixás*. (trad.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CARVALHO, Rui Galopim – Algumas gemas de setecentos e suas proveniências. In *Oceanos Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*. Nº 43 (Julho-Setembro 2000).

CASABÓ, Juan. *Joyeria*. Buenos Aies: Alabastros, 2010.

CHAVES, Claudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. 1a ed. São Paulo, Annablume, 1999.

CHAVES, María Eugenia. *La estrategia de libertad de una esclava del siglo XVIII; las identidades de amo y esclavo en un Puerto colonial*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1999.

CUNHA, Laura; MILZ Thomas. *Jóias de crioulas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2011.

DELAROZIÈRE, Marie-Françoise. *Perles d'Afrique*. Aix-en-Provence: Edisud, 1994.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauzeiro e da palmeira* – com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Tradução.

FACTUM, Ana B. S. *Jóalheria escrava baiana: construção histórica do design de jóias brasileiras*. São Paulo: FAU-USP, 2005 (Arquitetura, Tese de doutorado).

FARELLI, Maria Helena. *Balangandãs e figas da Bahia: o poder mágico dos amuletos*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1981.

GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: joias de crioulas baianas*. Apresentação de Mercedes Rosa; versão para o inglês de H. Sabrina Gledhill. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006.

GOLA, Eliana. *A joia: história e design*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. *Aos órfãos que ficaram: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011. p. 25.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

LIMA JUNIOR, Augusto. *História dos diamantes nas Minas Gerais: século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das joias-amuletos*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore, 1988.

LODY, Raul. *Jóias de Axé: Fios-de-contas e outros adornos do corpo - A joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

MACHADO, Paulo Affonso de Carvalho. *Ourivesaria baiana*. Guanabara, Rio de Janeiro: editora própria, 1973.

MAGTAZ, Mariana. *Joaalheria Brasileira: do descobrimento ao século XX*. 1º Ed. São Paulo: Editora Mariana Magtaz, 2008.

MOL, Claudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

OREY, Leonor d', *Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa. London: Zwemmer, 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Sociabilidade, magia e relações de poder no universo cultural afro-brasileiro*. Anales de Desclasificación, v. 1, p. 861-876, 2006.

PAIVA, Eduardo França. Trânsito de culturas e circulação de objetos no mundo português. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 99- 122.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da história de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1940.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PEIXOTO, Rocha – As filigranas. In PEIXOTO, Rocha. *Obras*. [S.l.]: Câmara Municipal da Povoia de Varzim, 1967, vol. 1, pp. 262-312.

PEIXOTO, António Augusto da Rocha, 1866-1909; *As filigranas/ António Augusto da Rocha Peixoto*; introdução Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; trad. Alexandra Andersen Leitão - Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

PRECIOSO, Daniel. Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspectos da luta social dos pardos na Vila Rica Setecentista. Anais do II encontro nacional do GT História das religiões e das religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/grupos_eticos_e_sociabilidade_confrarial.pdf.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711 – 1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. 2007.

ROMEIRO, Adriana. A febre do ouro. *Revista Nossa História*, ano 3, n.º. 36, out. de 2006.

ROSAS JUNIOR, José. *Jóias portuguesas: as laças de ouro*. Imprensa Moderna, Porto. 1942.

SALVADOR, Jose Gonçalves. *Cristãos-novos, jesuítas e inquisição: aspectos de sua atuação nas capitânicas do sul, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira, 1969.

SAMPAIO, Theodoro. O tupi na geografia nacional. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n.º. 54, 1928.

SANTOS, Irina Aragão. *Adornos pessoais: uma reflexão sobre as representações das relações sociais e o processo de design*. In: Anais do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Paulo: FAAP, 2004.

SANTOS, Irina A. Jóias de afeto: usos e significados na sociedade fluminense na segunda metade do século XIX. In: *III Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, 2006, Rio de Janeiro. Tempos e espaços do consumo em uma perspectiva comparada, 2006.

SCHUMANN, Walter. *Gemas do mundo*. 9ª edição ampliada e atualizada. Barueri, SP; Disal Editora, 2006.

SILVA, Maria Eduarda Coquet Barbosa e. *O ouro das mulheres de S. Mamede de Este: valor social e simbólico das jóias*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Nova de Lisboa, 1989.

SILVA, Nuno Vassalo e. A joalheria feminina em Portugal na época dos descobrimentos. *Oceanos, mulheres no mar salgado*, Lisboa, número 21, 1995.

SILVA, Simone Trindade Vicente. *Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas peças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto*. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) Salvador, UFBA, 2005.

SILVA, Simone Trindade Vicente. *A sedução das jóias: séculos XVIII e XIX: coleção particular* São Paulo. Salvador: FMCCP, 2005.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A Joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora. 1999.

Referências

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e 1970 - A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII. Lisboa: *Círculo Dr. José de Figueiredo*, 2005.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalharía no Porto ao tempo dos Almada*. CITAR, Porto: 2008.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Livro de desenhos de joias de José António Mourão (1792-1856), da Rua das Flores, no Porto*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Álbum de desenhos de joias portuguesas (ca. 1830-1930)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Legados humanos e devocionais: Artes Decorativas nos testamentos lisboetas da segunda metade de Setecentos. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE-Porto; CITAR, 2011, pp. 11-42.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – José Rosas Júnior (1885-1958) e a criação da joalharía portuguesa da primeira metade do século XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2012, pp. 37-58.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [me] Ministério da Educação. Disponível em: Domínio Público – Biblioteca digital desenvolvida em software livre.

TEIXEIRA, Maria Bernadete Santos. *Os objetos intermediários da concepção na construção coletiva da identidade do produto de joalheria*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TRINDADE, Raimundo, Cônego. *Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Rio de Janeiro, nº 12 p. 109-149, 1955.

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Pró-reitoria de Extensão

ESCOLA DE
DESIGN



Laboratório de Design Gráfico

Este livro foi elaborado no âmbito de projeto da Editora UEMG, publicado no edital nº 002/2017, no Laboratório de Design Gráfico da Escola de Design da UEMG.

O texto foi composto em Janson Text, projetada a partir dos tipos de Miklós Kis e publicada pela Linotype em 1985. A capa, folha de rosto, sumário, aberturas de capítulo e tabelas foram compostos em Stag Sans publicada pela Commercial Type, em 2008.

A capa foi impressa em papel couchê fosco 300 g/m². O miolo foi impresso em papel offset 120 g/m². Sua impressão foi feita na gráfica Eireli, em Belo Horizonte, no ano de 2017. Tiragem de 300 cópias.